

ATA DA XLVII REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CRH

Aos 12 (doze) dias do mês de março de 2020, às 09h, no auditório do Departamento de Estradas de Rodagens do Estado de Pernambuco (DER/PE), situado à Av. Cruz Cabugá, nº 1033 – Santo Amaro – Recife/PE, presentes os conselheiros regularmente convocados e convidados, devidamente registrados em Listas de Presença, deu-se início a XLVII Reunião Ordinária do CRH e, observada a **complementação do quórum necessário**, registramos que, através de e-mails enviados ao CRH, apresentaram suas justificativas de ausências os conselheiros: **Abelardo Montenegro e Anderson Paiva (conselheiros da ABRH)**. **Simone Rosa (Secretária Executiva do CRH)**: "Bom dia a todos os conselheiros e conselheiras aqui presentes e aos demais participantes! Agora temos quórum, pois estávamos aguardando, termos aí o número mínimo de conselheiros para poder iniciar os nossos trabalhos. Eu convido a Diretora Presidente da Apac, **Suzana Montenegro** para participar aqui da mesa diretora. O nosso primeiro ponto de pauta, que é a Abertura, está previsto para ser realizada pela Secretária **Fernandha Batista**, mas infelizmente ela não vai poder estar presente, pois ela teve um imprevisto hoje pela manhã, que foi por motivo pessoal. Ela pediu desculpas, que eu justificasse a ausência dela aqui no Conselho e que a gente desse prosseguimento aos trabalhos. Então, em nome da nossa Secretária **Fernandha** dou as boas-vindas a nossa primeira reunião do ano de 2020, desejando que tenhamos profícuos trabalhos neste ano, contando como sempre, com a colaboração de todos e estamos aqui em posição para dar andamento nas atividades. Se algum conselheiro tiver algum ponto específico que deseje se pronunciar, nós teremos ao final da reunião o item 'Outros Assuntos' – se alguém quiser pode já se dirigir aqui à **Gizélia** ou à **Sandra Ferraz**, se tiver algum ponto que queira colocar, e a gente então abre aqui para 'Outros Assuntos'. Então, dando prosseguimento, vamos começar como é de praxe, com a aprovação das Atas, e aí a gente vai aprovar as Atas das duas últimas reuniões – já que na reunião anterior, de dezembro, nós tivemos uma Reunião Extraordinária em novembro e a Ata não ficou pronta a tempo para ser aprovada na Reunião Ordinária de dezembro. Desta forma, vamos começar pela primeira reunião, a de 18 (dezoito) de novembro de 2019, que foi uma Reunião Extraordinária – as duas Atas foram enviadas por e-mail, com a devida antecedência, para todos os conselheiros, o que dispensa a leitura da Ata – até porque ela é muita extensa! Então, vou fazer como é de praxe! Primeiro a Ata da Reunião Extraordinária do dia 18 (dezoito) de novembro de 2019 e eu coloco aqui, abro a palavra para os conselheiros: se alguém tem alguma sugestão de alteração ou de correção, a hora de se manifestar é agora. Não temos nenhuma proposta de alteração, então podemos aprovar a Ata da forma como ela foi enviada. Então, a **Ata da XIX Reunião Extraordinária do CRH do dia 18 (dezoito) de novembro de 2019 está aprovada por unanimidade dos conselheiros presentes!** Da mesma forma, passamos para a Ata da Reunião Ordinária de 12 (doze) de dezembro, e aí eu abro aqui o espaço para manifestação dos conselheiros, se há alguma proposta de alteração, de correção, de adequação? Nenhuma manifestação? Então, **aprovada também a Ata da XLVI Reunião Ordinária do CRH do dia 12 (doze) de dezembro de 2019**, e cumprimos, então, este item com aprovação, sem nenhuma alteração das Atas das duas reuniões, a Extraordinária e a Ordinária! Bem, passamos então ao nosso próximo item, que são os 'Informes': o primeiro informe é sobre o Grupo de Trabalho que foi formado na reunião de 12 (doze) de dezembro, para revisar o Regimento Interno do CRH. O Grupo foi formado, teve várias, produtivas e extensas reuniões, e aí eu vou passar a palavra para **Sandra Ferraz**, para dar maiores detalhes do trabalho do Grupo e da conclusão dos trabalhos." **Sandra Ferraz (Gestora da SERH)**: "Bom dia a todos! Esse Grupo de Trabalho foi constituído para revisar, fazer proposta de alteração em todo o Regimento Interno. Nós tínhamos 90 (noventa) dias, em que eu fui escolhida para ser Relatora e Coordenadora desse Grupo. Nós trabalhamos o mês de janeiro todo, e aí eu agradeço à **Queiroga (da FIEPE)**, à **Flávio (da SDA)**, à **Assis (da ABAS)** – nós éramos 06 (seis) e desses seis, somos o que estão aqui presentes. Esse trabalho levou acho que em torno de 09 (nove) reuniões – a gente trabalhou bastante, e aí Presidente **Simone Rosa**, para a Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais (CTALI) – que já começou a apreciar as questões legais de formação e já passaram do Título Primeiro, mas é um trabalho que requer uma atenção maior e a proposta é que na próxima reunião desse Plenário, a própria Câmara Técnica faça a apresentação. Então, o Grupo de Trabalho atendeu ao que foi proposto e já fizemos o nosso 'dever de casa'! **Flávio, Queiroga**, querem falar alguma coisa do nosso processo, em que vocês participaram?" **José Queiroga (da CTPPP-FIEPE)**: "Eu fui consultado aqui a respeito da questão do 'Pedido de Vista' e gostaria que você esclarecesse o direito do 'Pedido de Vista' – gostaria que você desse algum esclarecimento a respeito." **Sandra Ferraz (Gestora da SERH)**: "Eu não entendi! Você se refere àquela 'vista' que a gente discutiu lá no Regimento?" **José Queiroga (da CTPPP-FIEPE)**: "Sim. O 'Pedido de Vista', você lembra como é que ficou depois da revisão? Eu não soube dizer agora e resolvi passar para você." **Sandra Ferraz (Gestora da SERH)**: "Eu não lembro agora! Há dois meses que a gente discutia essa questão de 'Pedido de Vista' de pessoas que não foi o proponente, e esse 'Pedido de Vista' só deve ocorrer antes das discussões. Não foi isso que a gente propôs? **Flávio** ou **Assis**, vocês lembram? Porque era quase 100% (cem por cento) de assiduidade! Nós propomos, e aí como proposta, que antes de haver o início da discussão pode ser 'Pedido de Vista', e que o tema voltaria para a reunião imediatamente subsequente – eu acho que foi essa a nossa proposta! São muitos artigos, e nos dedicamos a essa questão de 'Pedido de Vista', porque a gente sabia que era uma questão que poderá tornar a ocorrer – como já ocorreu! E é garantido o direito do 'Pedido de

Vista!" **João Pessoa (da FAEPE):** "Sandra, é o seguinte: no artigo anterior, antigo, o 'Pedido de Vista' era antes da votação – e não, das discussões!" **Sandra Ferraz (Gestora da SERH):** "Eu acho que ficou 'antes da discussão!'" **João Pessoa (da FAEPE):** "Então, agora ficou 'antes da discussão'? É bom que fique bem certinho!" **Sandra Ferraz (Gestora da SERH):** "É que fique bem claro! Entendendo que nós, como Câmara Técnica, só fomos propositivos – não somos deliberativos, como Grupo de Trabalho, e vai vir para cá – acho que vai ter uma reunião quase só com esse objetivo, porque nós que achávamos que em 03 (três) ou 04 (quatro) reuniões, dedicando 04 (quatro) horas por dia, iríamos concluir, e a gente terminou em 09 (nove) reuniões, porque foi uma discussão bem detalhada! Respondido?" **João Pessoa (da FAEPE):** "Para mim tanto faz, antes ou depois, tanto faz desde que fique bem claro e acordado!" **Sandra Ferraz (Gestora da SERH):** "Pronto! É garantido esse 'Pedido de Vista' – nós tivemos essa preocupação e atentos a essa questão, já que tivemos uma discussão há pouco tempo sobre isso! Obrigada!" **Simone Rosa:** "Obrigada **Sandra!** Então, feitos os esclarecimentos, passamos ao segundo informe, que diz respeito a convênios feitos pelo Governo do Estado com o Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR). Então, trago aqui boas notícias: assinamos com o MDR, a Secretaria de Infraestrutura e Recursos Hídricos (SEINFRA), 03 (três) convênios na verdade, obtendo recursos que garantirão repasses de recursos financeiros, do Governo Federal para o Governo do Estado. O primeiro deles de maior valor é referente ao andamento das obras da Barragem de Panelas – que é uma obra paralisada, que a gente já está aí com 50% (cinquenta por cento) de suas obras executadas, que está há alguns anos paralisada e o valor que será repassado ao Governo do Estado de Pernambuco é de R\$ 46.579.657,00 (quarenta e seis milhões, quinhentos e cinquenta e nove mil, seiscentos e cinquenta e sete reais). O convênio já foi assinado e haverá uma contrapartida do Governo do Estado de Pernambuco no valor de 1% (um por cento) e este valor do repasse que citei é para a conclusão das obras da Barragem de Panelas. Informo também que já estamos na Secretaria de Infraestrutura, mais especificamente na Secretaria Executiva de Recursos Hídricos, elaborando o Edital para a Licitação, para a execução e supervisão da obra. Então, pretendemos no segundo semestre deste ano, possivelmente, já estar retomando as obras da Barragem de Panelas – seguindo os trâmites, o prazo necessário para o Processo Licitatório da obra; o outro convênio foi sobre a Barragem de Gatos, também na Mata Sul, também faz parte do conjunto, do Sistema de Barragens de Controle de Cheias da Mata Sul – também é uma obra paralisada, com um pouco menos, está com cerca de 20 (vinte), 25% (vinte e cinco por cento) da obra já executada. Neste Convênio de Gatos temos um valor, que será repassado pelo Governo Federal ao Governo de Pernambuco, de R\$ 29.631.204,00 (vinte e nove milhões, seiscentos e trinta e um mil e duzentos e quatro reais). Particularmente, a Barragem de Gatos é objeto de duas Emendas, uma de 2019 e outra de 2020. A Barragem de Panelas é uma única Emenda de 2019. Em Gatos, também teremos a contrapartida de 1% (um por cento) do Governo do Estado, mas ainda não estamos com a elaboração do Edital de Licitação da Barragem de Gatos – iremos iniciar depois, uma de cada vez! Estamos só aguardando uma fase final de análise do MDR, porque haviam alguns detalhes que ficaram pendentes, por questão de desapropriação e que precisava ser provado, principalmente da Barragem de Panelas. E assim que o MDR finalizar essa análise, ele vai dar a autorização para que a gente possa, de fato, lançar o Processo Licitatório da Barragem de Panelas; existe ainda um outro convênio, que é relativo ao abastecimento de água da localidade de Serrote dos Bois, que fica no município de Caruaru. Na verdade, esse convênio é feito pela SEINFRA, mas quem irá executar será a Compesa e no valor de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais). Então, esses são os 03 (três) convênios que foram firmados agora, em dezembro de 2019, entre o MDR e a Secretaria de Infraestrutura e Recursos Hídricos (SEINFRA), conseguindo recursos vultuosos para o Governo do Estado de Pernambuco e para que a gente possa dar andamento e conclusão à obras importantes para todo o Estado, no Controle de Cheias da Mata Sul. Então, fico à disposição, e depois, se alguém quiser mais algum esclarecimento. O próximo informe é sobre o Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH) e como já foi informado em reuniões anteriores, foi contratada a Atualização do PERH. A gestão desse contrato está a cargo da Apac, então por isso eu vou passar a palavra para a Diretora Presidente da Apac, **Suzana Montenegro**, para dar maiores informações sobre esse ponto." **Suzana Montenegro (Diretora Presidente da Apac):** "Bom dia a todos! É uma satisfação estar aqui na primeira reunião do CRH deste ano, embora os trabalhos tenham sido efetivamente iniciados com as Câmaras Técnicas e o Grupo de Trabalho, enfim. Com relação ao Processo de Revisão do PERH, os trabalhos foram iniciados e algumas etapas iniciais foram cumpridas, alguns produtos entregues e avaliados pela Câmara Técnica de Planos, Programas e Projetos (CTPPP), e uma fase muito importante, que eu gostaria de destacar, nós estamos agora na fase de elaboração do diagnóstico, que deve ser entregue para avaliação em abril. Foi entregue o Plano de Trabalho, foi feita uma atualização da divisão hidrográfica do Estado e um elemento que eu gostaria de destacar, que foi muito importante, foi o processo de mobilização. Estavam programadas 06 (seis) oficinas nesse processo de mobilização, e acabaram ocorrendo 07 (sete), porque achamos que deveríamos encaixar uma extra no município de Salgueiro, especialmente por conta da questão da Transposição, etc. A primeira foi no dia 05 (cinco) de fevereiro. Todas as oficinas ocorreram entre 05 (cinco) e 13 (treze) de fevereiro, todas com um público acima da expectativa – isso é importante registrar, pois o Estado conseguiu atrair a população, a sociedade civil, os usuários para discutirmos um assunto de extrema importância para a gestão de recursos hídricos. As oficinas ocorreram em Recife, Caruaru, Palmares, Serra Talhada, Ouricuri, Petrolina e em Salgueiro. Então, a parceria que estamos estabelecendo com os entes do estado com a sociedade civil, eu acho que é muito relevante para esse processo do Plano – que deve ser participativo de acordo com o que prevê a nossa Política de Gestão de Recursos Hídricos. A Apac acompanhou todas as oficinas e a SERH também e podemos registrar o grande interesse de participação das pessoas que estiveram nessas oficinas. Existe um pouco de angústia, e eu vou daqui há pouco passar aí para os membros da CTPPP, com relação à finalização do Programa de Sustentabilidade Hídrica (PSH), que está financiando o PERH, mas eu devo dizer, **Simone Rosa**, estamos juntas nisso – nós estamos juntas fazendo a gestão junto ao Governador do Estado, que está pactuando o Orçamento neste mês, para que o restante dos pagamentos seja efetivamente assumidos pelo Governo do

Estado e isso já estava previsto! Eu acho que é isso, em termos de informe geral, não sei se alguém da CTPPP quer se manifestar. Obrigada!" **Élcio Barros (Coordenador da CTPPP, da SEMAS):** "Eu, pessoalmente, tive oportunidade de acompanhar os Seminários de Recife e de Serra Talhada, mas em todos os Seminários tivemos a participação de membros da CTPPP. Aachamos que a participação da população foi bastante satisfatória, se não me engano, mais de 470 (quatrocentas e setenta) pessoas participaram dos Seminários! E a gente tem essa preocupação em termos de entrega dos produtos porque a previsão, informada ontem pelo Consórcio AlfaSigma é que esse próximo produto, que será o Diagnóstico Ambiental, está previsto para a primeira quinzena de abril, e a gente tem uma preocupação de que não haja continuidade desse trabalho, e para isso é preciso que os recursos para o pagamento desse trabalho estejam assegurados pelo Estado. Então, a gente espera que essa pactuação inclua essa continuidade desse trabalho, que já está bastante atrasado pois como todos sabem aqui, a elaboração desse Plano foi em 1998 – com 22 (vinte e dois) anos já, e está muito defasado! Não sei se algum outro membro da CTPPP queira se pronunciar."

Flávio Duarte (do IPA/SDA): "Eu só quero ressaltar que nesse processo de participação foi muito importante ter garantido a participação de diversos setores, não só sobre o ponto de vista da participação física, mas na participação da contribuição. Ontem tivemos uma reunião da CTPPP. Foram realizadas 171 (cento e setenta e uma) propostas na primeira oficina, e dessas, 73 (setenta e três) são propostas novas, que não estavam ainda contempladas dentro dos eixos selecionados pela empresa, como eixos importantes a serem implantados no PERH. Quero também ressaltar a sensibilidade e o profissionalismo na condução da metodologia da oficina, pois tive em várias oficinas e a última, em Petrolina, teve um depoimento muito interessante de uma professora da Universidade Rural, que disse: 'eu tive na primeira, em Recife, e estou nessa aqui, na última, mais já vi um grande avanço na metodologia de vocês'. Então, isso é uma coisa importante e eu acho que tem um engajamento de todos os setores, e também quero ressaltar a participação do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CDRS), onde a Apac esteve presente duas vezes, e também a Câmara Técnica de Convivência com o Semiárido está se dispondo a contribuir. Então, eu acho que pode resultar num instrumento importante para a gente alavancar as estratégias, as ações e as políticas de recursos hídricos nos próximos 10 (dez) anos."

José Queiroga (da CTPPP-FIEPE): "Eu gostaria de fazer uma colocação! Eu também participei da reunião da CTPPP de ontem. Então, foi muito bom, foi uma reunião com videoconferência muito boa, mas no fim da história ficou uma preocupação! Como foi dito, houve uma excepcional participação ao nível de Seminário, com a presença de mais de quatrocentas pessoas, as quais foram franqueadas a possibilidade de contribuições além daquele momento. Só que o número de contribuições foi surpreendente – foi zero! Então, no caso, é uma coisa a se pensar, examinar porque que houve esse interesse tão forte lá no campo e não chegou nenhuma contribuição para a Câmara de Estudos? Então, não é uma crítica, é um ponto a se pesquisar para entender o que foi que aconteceu, porque isso não se concretizou? Algumas propostas interessantes, é claro que na hora, nem todo mundo está pronto, mas de repente, num cantinho, na sua cadeira de balanço ou na sua rede, pense em alguma coisa que poderia ter sido colocado, ter sido analisado – mas não aconteceu! Então, cabe uma pequena análise interna, para saber 'porque' que isso não ocorreu? Também detectamos uma coisa que deve ser talvez examinada, apareceu na reunião um Estudo da bacia do Pajeú. Sabemos que o Plano Hidrográfico do Rio Pajeú está parado porque existe uma questão entre a Comissão que fez o estudo, ou se propôs uma Câmara Técnica – não sei exatamente como se procedeu, e o pessoal que acompanhou o trabalho. Então, existe uma pequena zona de interferência, de conflito, que simplesmente paralisou e bloqueou o estudo! Então, essas pequenas coisas talvez tenham que ser examinadas e contornadas porque o interesse maior não pode ficar preso, por um detalhe que não satisfaz adequadamente as duas partes. Bem, não tenho nenhuma colocação especial a respeito disso, somente uma observação que me deixou um pouco preocupado."

Herbert Tejo (do COBH-GL1 Metropolitano Norte): "Bom dia! Eu queria apenas reforçar o que **Queiroga** falou em relação a esse segundo ponto, e já que a gente está na presença da professora **Suzana** e de **Piaba**, que é o Presidente do Fórum Estadual dos Comitês de Bacia (FECOBH), eu sugiro para que a Apac e o FECOBH intermediem o diálogo com o Comitê do Pajeú – no sentido do fechamento desse Plano Hidroambiental, porque na realidade, a Câmara Técnica do Pajeú não aceitou, porque suas recomendações não foram acatadas. Então, eu acho que é uma questão de que as portas, aparentemente, estão fechadas, e precisam ser abertas. Então acho que a Apac, professora **Suzana**, deveria propor uma Mesa de Debates sobre esse tema."

Suzana Montenegro (Diretora Presidente da Apac): "Voltando ao PERH, eu gostaria ainda de fazer um registro, que nós estamos em sintonia com a Agência Nacional de Águas (ANA), que está no processo de revisão do Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), e isso é muito importante também - usando a mesma base de dados e etc! Sua observação, **Queiroga**, é muito importante e nós vamos conversar com o pessoal do Consórcio – com relação ao PERH. Com relação ao Plano do Pajeú, de fato, os estudos foram finalizados, mas o Plano do Una, GL-4 e GL-5 estamos marcando uma reunião para o lançamento e oportunamente vamos fazer uma apresentação, uma síntese, aqui nesse Conselho, porque eu acho que é importante! E o Plano Hidroambiental do Pajeú está em processo de finalização, realmente com esse pequeno problema, que nós estamos tentando contornar. **Lúcia**, que é a Gerente dos Organismos de Bacias da Apac, está viajando e eu conversei com **Lorenzza** (Diretora de Gestão de Recursos Hídricos da Apac) ontem, para a gente marcar uma reunião com o FECOBH e com o COBH-Pajeú para a gente ver como a gente resolve isso – tem que ser resolvido! O plano foi finalizado, o produto foi entregue – o que é que não foi satisfatório? A pessoa da Apac que acompanha o plano, **Everton** está aqui, não sei se ele quer fazer algum complemento, em relação ao Pajeú, mas nós estamos muito atentos em relação a isso."

Everton Melo (da GPSI-Apac): "Bom dia! Eu sou o responsável, junto com **Erick**, pela gestão tanto do Plano do Una, quanto do Pajeú, e sobre essa questão do Pajeú, realmente, houve algumas falhas de comunicação durante esse processo – principalmente talvez porque a empresa não se esforçou tanto quanto poderia para estar mais presente, além dos momentos das oficinas e dos seminários, e a Apac sempre esteve disponível para dialogar com o Comitê, e foram elaborados cerca de 07(sete) pareceres sobre esses produtos, especialmente, sobre

o RTP-4 – que é o Relatório 4 (quatro), que são os Planos de Investimentos das ações propostas, que é o principal ponto do plano, especificamente sobre esse ponto, sobre esse relatório, a empresa, a IB-Engenharia reformulou completamente o produto, para propor ações que fossem melhor atender essas demandas, essas expectativas do Comitê. E nem todas as propostas das perspectivas do plano, da Câmara Técnica do Comitê, tecnicamente falando, eram compatíveis com o que a equipe técnica da Apac – principalmente da área de geologia – a parte de perfuração de poços, como a gente discutiu ontem, havia uma certa discrepância entre a visão dos técnicos da Apac e a visão dos técnicos que compõem a Câmara Técnica. Então, houve essas certas discrepâncias, e assim houve algumas justificativas para esse ‘não acatamento’ desse posicionamento do Comitê. E esses 03 (três) ou 04 (quatro) pontos que ficaram pendentes foi o que ocasionou esse entrave. Temos que frisar que foram mais de 10 (dez) pontos que foram colocados, mas que, em sua maioria, foram aceitos, e os que não foram aceitos, foram justificados, e aconteceu esse entrave de 03 (três) ou 04 (quatro) pontos a Câmara Técnica não aceitou as justificativas que foram dadas. **Erick** já está em contato com a Câmara Técnica para fazer uma nova visita em Serra Talhada, para conversar com a Câmara Técnica, para o quanto antes tentar resolver esse entrave, para que o instrumento possa ser efetivo. Ele está pronto, está impresso, está validado pela Apac – falta essa validação pela Câmara Técnica para iniciar o que a gente espera, que de fato é a implementação, porque se a Câmara Técnica travar todo o processo por causa desses 04 (quatro) pontos, 03 (três) ou 04 (quatro) pontos, estariam invalidando todo o plano, porque são mais de 50 (cinquenta) ações propostas para a bacia. Então, estaria sendo invalidadas 50 (cinquenta) ações por causa de 04 (quatro) pontos que foram discrepantes. Então, espero que essa próxima visita que a gente vai fazer, nesse novo diálogo, a gente possa resolver esses pontos, para iniciar a implementação do plano – que a gente espera que aconteça.” **Simone Rosa**: “Só comentando alguns pontos que foram citados aqui pelo **Élcio**, a questão de garantir os recursos, eu queria registrar que desde que assumi a Secretaria Executiva de Recursos Hídricos (SERH), em novembro do ano passado, em 2019, eu não tenho medido esforços para avançar com isso, inclusive isso era uma Licitação que tinha sido feita, que estava ali, digamos que meio que ‘engavetada’, e eu desde que entrei, não medi esforços para que isso fosse adiante, conseguimos avançar e a própria empresa – e aí vale registrar, que teve alguns problemas administrativos, de documentação, o que demorou aí uns dois ou três meses, mas nós insistimos mesmo sabendo que o Programa de Sustentabilidade Hídrica (PSH), do qual provém os recursos para o financiamento do Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH), está se encerrando agora, no dia 30 (trinta) de março. Mesmo assim decidimos iniciar, sabendo que teríamos que arcar com despesas, com recursos do Governo do Estado, para finalizar o plano, mas decidimos que essa era a decisão mais acertada do que a gente sequer iniciar. Então, da mesma forma que levamos com todo esse comprometimento para fazer a contratação, vamos levar também para buscar, garantir os recursos – esse é um ponto; o outro ponto, que **Suzana** comentou, em relação ao Plano Nacional que está em processo de revisão também, e que o nosso Plano Estadual de Pernambuco vai, então, seguir a mesma metodologia da base hidrológica, queria só reforçar que esse é um diferencial que nenhum outro Estado do Brasil tem ainda! Pernambuco é o primeiro Estado do Brasil que vai, no seu PERH, seguir a metodologia da Agência Nacional de Águas (ANA) – inclusive segunda-feira, estávamos eu e **Suzana**, num evento em Brasília e houve uma apresentação do Superintendente de Planejamento de Recursos Hídricos da ANA, que também pontuou a importância disso – de termos sempre a mesma base hidrológica! Então, saímos aí, digamos, na frente com esse diferencial! Eu queria aproveitar e pedir autorização aos conselheiros para dar mais um informe, que não está colocado aqui na pauta. Bem como, há perguntas ainda sobre o PERH, depois eu darei o outro informe.” **Flávio Duarte (do IPA/SDA)**: “É sobre o Plano do Pajeú! Nós discutimos ontem, na CTPPP, ressaltamos a importância do plano, de todas as informações. Eu não tive condições de ler, mas por exemplo, abri algumas páginas e vi situações gritantes! Como por exemplo, no que diz respeito ao abastecimento das populações rurais, tem lá um parágrafo colocando que: ‘a iniciativa de construção de cisternas é uma iniciativa limitada.’ E a grande proposta que lá é apresentada é a de dessalinizador – perfuração de poços e dessalinizadores, inclusive com um levantamento para 100 (cem) dessalinizadores para a região e tal. Quando a gente vai também, lá na planilha de orçamento de um poço no cristalino, o orçamento é de R\$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais)! E a gente sabe que isso são coisas absurdas – são situações que, realmente, o Pajeú tem uma tradição de processos de participação, de formulações e de ações em relação aos recursos hídricos. Então, eles têm um censo crítico e um processo de efetivação de ações e políticas públicas importantes, mas o que nós discutimos ontem foi a possibilidade de se abrir o canal de participação do Comitê de Bacia, no que diz respeito à crítica e à formulação complementar ao documento, porque às vezes você faz o documento, faz uma discussão, gera a crítica e a reflexão, mas o que está escrito e o que vai ser formal e oficial é o que foi elaborado pela empresa. Se a gente não garante um processo de sistematização das críticas e das complementariedades ao documento a gente perde, e aí isso para quem vem depois, corremos o risco de termos documentos que embase as políticas públicas com falhas! Então, eu acho que é importante a gente abrir esse canal porque se esse canal não for aberto, nessa perspectiva, eu acho que o pessoal não vai topa, eles estão com uma certa desmobilização, um desânimo e descrença, também, no processo que foi conduzido, mas eu acho que tem condições, inclusive, nós nos colocamos à disposição para ajudar, para tentar reverter e reorientar a condução das formulações e das políticas lá para aquela região.” **Suzana Montenegro (Diretora Presidente da Apac)**: “Obrigada **Flávio** por suas colocações! Como eu disse, nós estamos muito atentos e esse canal vai ser estabelecido! A participação do Comitê do Pajeú foi de tempo inteiro, mas na verdade é que nós tínhamos prazo e a empresa também teve algumas falhas, a câmara técnica atrasou sua análise, em algumas etapas, e o documento precisava ser finalizado, por conta de questão de cronograma de pagamento, etc. Mas isso não impede que agora seja feita errata, complementação – isso vai ser feito! Como eu disse, vai ser marcada uma reunião com o Comitê, com o Fórum, e esse assunto não está encerrado de jeito nenhum!” **Simone Rosa**: “Eu queria, como eu estava dizendo, pedir licença aqui ao Conselho para dar mais 02 (dois) informes, que não estão aqui na pauta, mas eu acho que cabem muito bem! O primeiro, já que nós temos

aqui a presença do Presidente do Fórum Estadual dos Comitês de Bacias Hidrográficas de Pernambuco (FECOBH-PE) – não sei se já é de conhecimento, para dizer que se encontra aberto um Edital do Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco (CBHSF), um Edital para Projetos, com recursos! Ou seja, por exemplo: o Comitê da Bacia do Pajeú (COBH-Pajeú) pode submeter um projeto nesse Edital e obter recursos para ações na Bacia do Rio Pajeú. Por que que isso é importante? Porque só quem consegue recursos do Comitê do São Francisco, que é um comitê que já tem sua cobrança implantada desde 2010, isso injeta recursos, administrados através da Agência Peixe Vivo, em várias ações. Então, ontem eu estava numa reunião da Câmara Técnica de Segurança de Barragens, em Brasília e estava com um membro do comitê e ele estava me historiando ações que são feitas em comitês, por exemplo, por solicitação de comitês, em que me deu um exemplo de um comitê da Bahia, que busca recursos do Comitê do São Francisco. Em Pernambuco nunca conseguimos, pelo que ele me historiou, não tenho o registro, mas que a gente não conseguiu, digamos que acessar esses recursos. Então, eu deixo esse informa aí para alertar! No caso de Pernambuco, eu acho que a gente só tem o Comitê da Bacia do Rio Pajeú – nos afluentes do Rio São Francisco, mas que a gente deveria se candidatar também a esses recursos, já que o Comitê do São Francisco tem os recursos assegurados e lança, e aí a gente está agora com este Edital aberto, que não tem uma relação direta com o plano, mas tem uma relação indireta, porque os projetos poderiam, talvez, ser submetidos e poderiam vir de propostas colocadas no Plano Ambiental do Pajeú.” **Edson Piaba (do COBH-Ipojuca e Coordenador do FECOBH-PE):** “Até quando você falou ‘os comitês’ eu fiquei surpreso, porque a gente sabe que só quem está na Bacia do São Francisco é o Pajeú! Eu acho que isso depende muito, principalmente, da Diretoria Executiva do Comitê da Bacia do Pajeú, que na realidade, ele participa muito mais do Comitê do São Francisco do que aqui, dos trabalhos dos nossos comitês aqui de Pernambuco, porque eu acho que ele se identifica, ele participa das reuniões do São Francisco – já aqui, praticamente, ele não vem para nenhuma reunião – aí fica difícil! Mas é importante chegar perto deles e até orientar. Pelo que eu estava conversando agora, parece que na Diretoria Executiva do Pajeú todos renunciaram – é um momento crítico, mas nada que a gente possa baixar a cabeça e não resolver um problema tão importante para os recursos hídricos de Pernambuco – senão vai prejudicar a todos! Pode contar com o Fórum, que a gente está pronto para colaborar nesse sentido.” **Simone Rosa:** “Inclusive, nessa conversa, eu disse: ‘olha, mas é porque no Semiárido de Pernambuco o que funciona muito bem são os Comitês de Usuários (CONSUs), mas por uma questão legal não é permitido que abra para os Conselhos de Usuários – só para os comitês de afluentes’.” **Everton Melo (da GPSI-Apac):** “Eu queria fazer uma colocação antes de partir para o próximo ponto, sobre o plano ainda, é que eu e **Erik** estávamos discutindo ontem, e que esquecemos de colocar na Reunião da CTPPP, é que a previsão para a entrega da primeira versão do Diagnóstico é a primeira quinzena de abril – sendo que isso está um pouco adiantado, em relação ao Cronograma que prevê 06 (seis) meses para a Elaboração do Diagnóstico, e como a gente sabe a Elaboração do Diagnóstico é a etapa mais extensa, mais detalhada do plano – inclusive precisa de algumas idas à campo, envolve todas as áreas ambiental, recursos hídricos, social, economia – então envolve várias áreas multidisciplinares que necessita de um tempo mais extenso. Então, a gente estava conversando que a próxima rodada de oficinas – que seria a primeira rodada do diagnóstico, estaria prevista para o final de abril, após a entrega da primeira versão do Diagnóstico. Conversamos sobre a possibilidade – já que essa questão do recurso já passou o prazo do PSH e agora a questão está um pouco mais folgada, digamos assim, de colocar essa primeira entrega do Diagnóstico após a primeira rodada de oficinas – justamente pensando na coleta de contribuições e já consolidar essas contribuições na primeira versão do Diagnóstico, para a gente não ter uma primeira análise, ainda preliminar, antes dessa oficina, justamente para a primeira versão já vir contemplando o que for coletado nas oficinas – seria uma proposta que a gente pode conversar melhor com a Câmara Técnica.” **Simone Rosa:** “Obrigada, **Everton**, pelos esclarecimentos!” **José Queiroga (da CTPPP-FIEPE):** “As coisas, os assuntos vão e voltam. Então, eu acho que é preciso, quando precisa voltar deve voltar mesmo! Nessa história do Pajeú eu não falei na minha primeira colocação, mas basicamente, gira em torno da perfuração de poços lá na bacia. Então, discutiu-se um pouco lá na reunião, que as bacias possuem situações bem diversas e aí depois, eu vou convocar o professor **Waldir** para dar uma palinha sobre isto, para esclarecer a todas as pessoas que estão aqui, o que mais ou menos está acontecendo por lá. A bacia é muito extensa e existem o cristalino, existe aluvião – então são situações bem diferentes ao longo de toda a bacia, que é muito extensa! Então, talvez alguém pense num lado da bacia e generalize para toda a bacia – o que não vai funcionar, porque São José do Belmonte tem água de boa qualidade, lá em cima, em Afogados da Ingazeira, Carnaíba e etc., não tem essa situação tão favorável. Logo, são situações muito diversas! Eu não conheço toda a bacia, uma parte eu conheço por causa das minhas atividades profissionais. Como isso é um assunto muito específico, depois eu vou pedir ao professor **Waldir**, para ele esclarecer para gente o que é a Bacia do Pajeú, em relação a essa questão de qualidade de água e perfuração de poços. Uma outra coisa que vem depois, é essa informação de que existem recursos, que podem ser captados – nós vivemos aqui um drama, que é a disponibilidade de recursos para alguma coisa, logo essa é uma informação absolutamente primordial, de como que o Estado, através de suas bacias, vai poder, digamos assim, pleitear recursos para seus programas – que não são bacias específicas de Pernambuco, mas a maior parte dos rios de Pernambuco são afluentes do São Francisco – a maior parte do Estado é coberto, está dentro de bacias que são afluentes do São Francisco. Então, não é uma coisa para desprezar, muito pelo contrário. É algo muito importante averiguar e tentar entender em como processar essa coisa, para se conseguir recursos para fazer as coisas.” **Simone Rosa:** “Ok, obrigada **Queiroga**! Como eu estava falando antes, vou dar mais um informe que na verdade não estava previsto na pauta. É um informe sobre a Barragem Nilo Coelho, como tem veiculado na mídia algumas notícias, eu acho importante e isso não foi colocado na pauta, e justifico porque não está na pauta, porque alguns acontecimentos, digamos assim, foram posteriores à Convocação dessa reunião. Então, à título de informação, no dia 18 (dezoito) de fevereiro tivemos a realização de uma Audiência Pública, na cidade de Terra Nova. Essa Audiência teve uma frequência maior do que a esperada, foram mais de 200

(duzentas) pessoas, com participação tanto de autoridades locais, Ministério Público, DNOCS, Defesa Civil do Município e do Estado. Então, tivemos uma série de órgãos participando, mas a Agência Nacional de Águas (ANA) não pôde estar presente – justificou a sua ausência. Por que a realização dessa Audiência Pública? Porque essa barragem, como já tem sido veiculado, ela está em Estado de Emergência – o que não significa que ela tenha um risco de ruptura iminente, eu gostaria de deixar isso bem claro! Mas entendemos que era necessário fazer essa Audiência para prestar esse esclarecimento, e até porque é uma região de muito conflito, principalmente entre usuários de montante e jusante, e com frequência, resultante desses conflitos, tivemos até atos de vandalismo na própria descarga de fundo da barragem! Então, resolvemos nos aproximar mais da Prefeitura, dos usuários e prestamos todos os esclarecimentos nessa Audiência Pública, inclusive foi apresentado, de forma sucinta – já que era para a comunidade – o projeto de recuperação desta barragem, que está praticamente concluído, estamos aguardando apenas o orçamento! Eu estive, pessoalmente, no Ministério de Desenvolvimento Regional (MDR), negociando recursos para a execução da obra, uma vez que a gente está concluindo o projeto, mas a gente ainda precisa de recursos para executar a obra, porque sabemos da importância daquela barragem para aquela região, e que ela não pode continuar funcionando aí na forma como ela está, nesse estado, então o projeto foi concluído, vamos dar início ao processo de elaboração do Edital para Processo Licitatório, para executar a obra, ao mesmo tempo que a gente vai assegurar esses recursos, buscar aí uma sinalização formal do MDR, houve apenas uma reunião, algumas negociações, mas a gente vai buscar a formalização, para que haja o repasse dos recursos pelo MDR, para a gente poder, de fato executar essa obra e, esperamos que no próximo período chuvoso, no final do ano, de dezembro à março do ano que vem, a gente já tenha conseguido vencer esta etapa, pois estamos nos desempenhando para isso! Eu queria deixar essa informação porque há muitas informações controversas sobre o assunto de Nilo Coelho – então esse é um ponto. E complementando, com um fato que aconteceu nesta semana, nós tivemos o vertimento da Barragem de Poço Grande, que fica no município de Serrita, e houve alguma divulgação na mídia, de que ‘a barragem iria romper’ – uma coisa assim! Esclarecemos rapidamente, não tem nada disso! O que houve foi: como a barragem verteu, nós tivemos contatos e entendimentos com a Prefeitura do Município de Serrita. Nossa equipe solicitou à Prefeitura, e houve a abertura da descarga de fundo! Então, como houve essa abertura e aí começou, realmente, um aumento da vazão – porque aí não estava tendo só a vazão do vertimento, então houve um certo alarme por parte da população, mas isso foi rapidamente esclarecido pela nossa Comunicação Social junto à mídia daquele município, e em consequência disso, porque a Barragem de Serrita, de Poço Grande, ela fica à montante, por cerca de 30Km (trinta quilômetro) de Nilo Coelho. Então, essa descarga de fundo, que abrimos em Poço Grande, que foi na segunda-feira, está indo para Nilo Coelho. Com isso, fizemos uma operação ontem pela manhã, para abrir também a descarga de fundo em Nilo Coelho – operações normais, previstas, nada de mais, mas que a população – como não está acostumada com essa abertura de descarga, às vezes, a população fica um pouco inquieta, digamos assim, mas comunicamos! Então, está tudo perfeitamente sob controle, porque como houveram algumas notícias por aí, na mídia, eu achei importante dar esse esclarecimento, só para dizer que são operações normais, uma abertura de fundo de descargas das duas barragens, para garantir que ela continue operando com segurança!” **Waldir Costa (da UNIECO e da CTAS):** “A respeito dessa questão levantada sobre a Bacia do Pajeú, que se poderia partir de algum estudo, dentro do próprio Comitê do São Francisco. Como falou bem o colega **Queiroga**, há de se verificar a participação de águas subterrâneas dentro da Bacia do Pajeú. Das 08 (oito) Bacias Sedimentares Interiores que temos no Estado de Pernambuco, 05 (cinco) se localizam no Vale do Pajeú: São José do Belmonte, Fátima, Mirandiba, Carnaubeira da Penha e Betânia – todas as 05 (cinco) já foram estudadas pelo Governo do Estado de Pernambuco, mas eu desconfio que não há nenhum interesse do próprio Comitê do Vale do Pajeú sobre o resultado desses estudos! Eu posso dizer isso com segurança porque em todas as reuniões que fizemos, dentro de Serra Talhada, inclusive com a coparticipação do Comitê do Pajeú para efeito de divulgação da reunião, a presença deles foi mínima, inclusive, nem a própria Diretoria do COBH-Pajeú compareceu! Isso também pode ser atestado pela Fiscalização da Apac, que lá esteve em todas as reuniões - houve reunião que não tinha nem 10 (dez) participantes! É uma decepção tremenda para quem faz um estudo, vai apresentar o resultado e não ver nenhum interesse do Comitê! Então, eu acredito, eu estou até feliz de saber que a Diretoria do Comitê foi exonerada, ou se exonerou! Porque se realmente continuasse daquele jeito, com nenhum interesse pelas coisas da bacia, não vai adiantar em nada! Espero que a próxima Diretoria tenha mais interesse nos aspectos hidrológicos e hidrogeológicos também. Quanto a essa situação de somente participar do Comitê do São Francisco os Comitês de Bacias, eu acho um pouco esdrúxulo, porque o próprio Estado poderia participar, por exemplo, na Bacia do Moxotó – que não tem Comitê de Bacia – nós temos a maior Bacia Sedimentar que é a Bacia do Jatobá! Só a Bacia do Jatobá perfaz, em área, a soma de todas as outras Bacias Interiores – à exceção do Araripe! Então, a Bacia do Jatobá também foi um objeto de estudo, e tem até uma Resolução – que hoje vai ser até modificado seu conteúdo. Esta bacia já foi estudada em várias instâncias, inclusive pelo Governo do Estado. E o Estado, acredito que, mesmo sem comitê, poderia apresentar uma proposta – sem falar na Área Irrigada de Poço da Cruz, que está com um tremendo problema ambiental com a salinização de todos os solos! Então, eu acredito que o Estado poderia interferir, ou pelo menos tentar interferir, junto ao Comitê do São Francisco para que, mesmo não havendo um Comitê de Bacia, o próprio Estado apresentasse algum plano para esta Bacia do Moxotó! Essa é a minha observação. Obrigado!” **Suzana Montenegro (Diretora Presidente da Apac):** “Obrigada professor **Waldir**, pela observação com relação ao comitê! De fato, a gente faz tudo o que é possível para a mobilização, para a participação, mas às vezes, a gente tem de fato uma baixa participação, e isso tem um impacto na finalização dos estudos – a gente tem cronograma, pagamentos, as empresas ficam aguardando. Então isso é um entrave, de fato, que merece registro, e como eu disse: a gente vai tentar fazer uma gestão aí junto ao Fórum, para ver como é que reanima esse comitê de alguma forma – já que a participação dele é tão essencial! Com relação à questão do Edital do São Francisco, eu confesso que ainda não tive acesso ao conteúdo – eu vou

olhar e acho que a gente pode fazer isso conjuntamente, **Simone Rosa**! E ver que tipo de gestão pode ser feita junto ao comitê e qual seria a forma de participação do Estado – esse registro também é muito importante! Para finalizar essa parte de informes, eu também queria pedir licença para fazer um último informe – na verdade não é um informe, e sim um convite! Esse ano a Apac está completando 10 (dez) anos da sua criação e nós vamos comemorar, vamos celebrar e fazer um registro desses 10 (dez) anos de criação da Apac! Essa celebração vai ser feita no dia em que a Apac foi criada, que foi aprovada a criação da Apac na Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco (ALEPE), no dia 26 (vinte e seis) de março! Então, estamos preparando aí uma programação, que espero que seja interessante e esse Conselho está sendo convidado – **Gizélia** vai mandar os convites para as Câmaras Técnicas do CRH. Gostaríamos de contar com a presença de todos nesse registro importante, um marco para a gestão de recursos hídricos no Estado de Pernambuco! Obrigada!” **Simone Rosa**: “Ok **Suzana**, obrigada pelo convite a todos! Então, encerramos a parte de informes e vamos passar para o nosso próximo ponto de pauta que são as alterações nas composições das Câmaras Técnicas do CRH. A primeira delas é da Câmara Técnica de Outorga e Cobrança (CTOC), eu vou informar aqui e peço que o Coordenador da CTOC fique à vontade para fazer alguma complementação, ou algum comentário, se for necessário. As seguintes instituições solicitaram participar, como membros, da CTOC, e estou submetendo aqui a aprovação do Plenário, se concordam ou não! Então, primeira instituição foi a Associação dos Fornecedores de Cana de Pernambuco (AFCP) e a segunda instituição, foi o Comitê da Bacia Hidrográfica GL-2, o Comitê Metropolitano Sul. Não há problemas em relação à vagas, é possível acatar, e aí, **Jorge** se você quiser fazer algum comentário sobre o assunto, por favor.” **Jorge Fieza (da Associação Fazenda Fieza e Coordenador da CTOC)**: “Bom dia! Fiz uma chamada na reunião passada, em dezembro ainda, para entidades interessadas em participar da CTOC – temos 02 (duas) entidades interessadas, temos vagas, tranquilo! E continua o convite aberto: quem quiser participar da CTOC, quiser contribuir nesse trabalho de outorga e cobrança para os próximos meses, está aberto o convite ainda – claro que a aprovação só na próxima Reunião do CRH, mas também sempre que tiver uma reunião – vamos realinhar ainda, não é Secretária, as pautas e as estratégias? Mas vou fazer novos chamamentos para que entidades que estiverem interessadas em comparecer, como convidadas, possam participar!” **Simone Rosa**: “Ok! Então vamos deliberar, coloco aqui em votação: quem é favorável com a inclusão na CTOC das 02 (duas) instituições - vamos uma de cada vez, não é? A Associação dos Fornecedores de Cana de Pernambuco (AFCP) – quem é favorável mantenha-se como está. Se alguém for contra a inclusão da AFCP, por favor se manifeste! Então, ninguém é contrário; e agora ao Comitê Metropolitano Sul, consulto se alguém é contrário a sua inclusão na CTOC? Bem, não há nenhuma manifestação, está aprovada, por unanimidade, a inclusão na CTOC das duas instituições que solicitaram: a Associação dos Fornecedores de Cana de Pernambuco (AFCP) e o Comitê Metropolitano Sul! A outra solicitação foi para inclusão na Câmara Técnica de Águas Subterrâneas (CTAS), e foi uma solicitação do Conselho Regional de Química – que solicitou estar como membro da CTAS. Aí eu peço ao professor **Waldir Duarte**, que está presente se quiser se manifestar sobre essa solicitação.” **Waldir Costa (da UNIECO e da CTAS)**: “Na realidade, nós recebemos com muito bom grado esta solicitação do Conselho Regional de Química, desde que nós tínhamos 14 (quatorze) membros e perdemos 04 (quatro) por ultrapassarem o limite de faltas, e ainda temos 03 (três) vagas que poderiam ser preenchidas por outras entidades, como por exemplo, o IPA (Instituto Agrônomo de Pernambuco) e eu pergunto ao representante do IPA se teria o interesse? Qualquer outra entidade, que venha a colaborar com o trabalho de águas subterrâneas, será muito bem-vinda! Obrigado!” **Simone Rosa**: “Ok, obrigada professor **Waldir**! Então, da mesma forma, precisamos deliberar. Ok, uma outra manifestação aqui, por favor!” **Edson Piaba (do COBH-Ipojuca e do FECOBH-PE)**: “Na realidade, não é nada contra a nenhuma dessas instituições, que estão presentes ou não, para participar dessas importantes Câmaras Técnicas. Eu só acho o seguinte: acho que quando uma entidade quer fazer parte, acho que pelo menos deveria estar presente aqui, para dizer o porquê. O comitê não está aqui, aí resolvi falar, mas o pedido do comitê não passou pelo Fórum, veio direto para o CRH, mas é muito importante a participação do comitê.” **Sandra Ferraz (da SERH)**: “Ontem, **Euclides** que é da Diretoria do COBH-GL2, estava na Reunião da CTPPP, e sabendo do meu carinho por aquele comitê – que eu já presidi – pedi desculpas pela ausência da Diretoria, pois ele está agora no Hospital das Clínicas e com essa dificuldade de agendamento de consulta, não poderia estar agora presente. Então, está justificada a ausência dele, foi bom você lembrar. O COBH-GL2 tem total interesse em participar, e ontem justificou sua ausência aqui. Desculpa! Ele é muito participante, ele estava ontem com a gente na reunião da CTPPP. Eu sempre defendo o COBH-GL2 porque já passei nesse colegiado.” **Simone Rosa**: “Então registramos a presença do representante da AFCP! Quer se manifestar?” **Ricardo Moura (da AFCP)**: “Na verdade, o que o **Piaba** falou é uma ideia da cabeça dele, pois eu estou aqui presente, e se eu quisesse ter me pronunciado, eu me pronunciaria, mas a Associação dos Fornecedores de Cana de Pernambuco (AFCP), em nome do seu Presidente, **Alexandre Andrade Lima**, agradece a aceitação da Plenária do CRH, nessa aprovação da inclusão dela na CTOC! Eu agradeço, obrigado!” **Simone Rosa**: “Obrigada! Certamente trará aí boas contribuições à CTOC – como todas as outras instituições! Bem, encerramos esse ponto, já foi também deliberado a inclusão do Conselho Regional de Química (CRQ-1), na CTAS e não tivemos objeções à inclusão dessa instituição também! Temos mais uns questionamentos.” **Tiago Delfino (do SINDAÇUCAR)**: “Bom dia a todos! Eu acho que isso é muito válido **Simone**! A gente tem sempre falado e comentado – porque não é simplesmente chegar e dar o nome! Eu acho que quem preside, quem coordenada as Câmaras Técnicas sabe das dificuldades de se ter reuniões. Eu tiro o chapéu aqui, não é missa de corpo presente, para **Gizélia** porque ela insiste, persiste, para todos estarem presentes. Esse negócio de dizer que ‘foi o trânsito’ para mim não funciona, dizer que ‘não foi por causa do trânsito’, que ‘chegou atrasado por causa do trânsito’. A gente tem um horário, é só sair mais cedo. Infelizmente eu sou meio chato para essas coisas, eu acho que a gente tem horário a cumprir, e insistir sempre! Tem a questão das ausências – justificáveis ou não, enfim, mas a gente já que está saindo do trabalho, está abrindo mão do seu dia-a-dia para participar de uma Câmara Técnica – se está ali é porque a gente acha que é

importante debater aqueles assuntos! Então, devemos insistir sempre nesta questão da presença. Quando ver que está muito ausente, o próprio Regimento do CRH diz, é só pedir a exclusão ou a substituição da representação, mas eu acho que, até para prestigiar quem vai e quem está sempre presente! Era esse comentário que eu queria fazer.” **Simone Rosa**: “Perfeita a colocação do Conselheiro **Tiago**, que participa ativamente de Câmaras Técnicas do CRH, dando sempre a contribuição do SINDAÇUCAR, então muito oportuna e adequada.” Se não temos mais nenhuma manifestação com respeito a este item, da alteração da composição das Câmaras Técnicas? Vejo que não temos, então vamos passar para o próximo ponto de pauta que são propostas de Resoluções da CTAS, e aí eu vou convidar o professor **Waldir Duarte** para sentar-se aqui à mesa conosco, para então apresentar aí as duas Resoluções que estão propostas. Teremos aqui uma exposição do slide com cada Resolução, lembrando que todos os conselheiros, previamente receberam, esses documentos, o texto da Resolução, junto com a Convocação desta reunião, então não é uma novidade que está sendo apresentada agora, mas que será colocada aqui, para que o professor **Waldir Duarte**, como Coordenador da CTAS, vai fazer as devidas colocações, e vai pontuar o que foi alterado, para que logo em seguida possamos deliberar se será aprovada desta forma ou se haverá alguma alteração.” **Waldir Costa (da UNIECO e Coordenador da CTAS)**: “Essa primeira resolução, sobre as análises físico-químicas e microbiológicas, é uma alteração, uma atualização de uma antiga resolução que existia há 10 (dez) atrás, e que foi agora renovada, inclusive, dentro do espírito do novo Regimento, após ser aprovada na CTAS, ela foi submetida à CTALI para verificação da questão legal, os aspectos legais. Depois dessa aprovação, nós tivemos que fazer uma pequena alteração, em função do chamado ‘Boletim de Análises’ – em que foi proposto pela Apac, que os Boletins de Análises fossem padronizados, e que todos os laboratórios apresentassem o mesmo Boletim de Análises. Então, nós fizemos uma reunião específica na CTAS, no dia 05 (cinco) próximo passado, convocando para tal, os representantes de laboratórios da cidade, tanto públicos como privados. Infelizmente, somente 02 (dois) laboratórios compareceram, mas na realidade, são os dois laboratórios que mais têm feito análises físico-químicas e bacteriológicas, que foram a AGROLAB e a Franca Eletroquímica. Eles alegaram que têm investido algum dinheiro em termos de softwares, para a apresentação dos seus boletins e ficaria bastante oneroso ter que fazer novo software, para alterar e adaptar, para fazerem, exatamente, um Boletim Padrão. Além do mais, têm outras empresas que são do Sul do país, mas atuam aqui – a BIOAGRI também é do Sul, que também teria esse problema de fazer essa uniformização no boletim. Então, chegou-se a um consenso que esses boletins poderiam continuar com o layout da própria empresa, desde que ele atendesse todas as exigências da Apac – isso foi mantido, inclusive com a apresentação de fotografias da coleta, para se evitar que se coloque água que foi coletada em outro local. Essa pequena alteração é que consta aqui: ‘Art. 4º - Para coleta e realização das análises definidas nos artigos anteriores, deverão ser cumpridos os seguintes procedimentos: I) no laudo emitido pelo laboratório, deverão constar a(s) finalidade(s) de uso da água, informada(s) pelo requerente’ – isso não mudou, continua como antes; II) a coleta da água, em aquíferos porosos, deverá ser procedida exclusivamente por um técnico, habilitado e indicado pelo laboratório, que realizará a análise devendo registrar no ato o tipo de odor da água e se ocorre tratamento prévio da água do poço, fazendo constar as informações no laudo, quando for o caso; III) a amostra deverá ser da água bruta retirada da tubulação de saída do poço’ – nisso aí foi incluído: ‘em ponto específico de coleta’ – que foi sugerido pelos próprios representantes dos laboratórios, que na saída do poço deveria ter um dispositivo para coletar a água – uma torneira ou alguma coisa que pudessem coletar a água, antes dela entrar no reservatório, porque nele já poderia ficar misturada com a água da rua, ou mesmo ser contaminada por algum animal que caísse dentro do reservatório. Então, foi incluído ‘em ponto específico de coleta, exatamente antes da entrada do reservatório, após um tempo mínimo de 15 minutos de bombeamento.’ O item IV continuou do mesmo jeito. E o item V, continua da mesma maneira, e o item VI ficou desta forma: ‘VI) os laudos das análises físico-químicas e bacteriológicas deverão ser apresentados em formulário específico, que atendam às exigências mínimas contidas no site do órgão gestor, e deverão ser protocolados em até 45 dias após sua execução acompanhados do relatório de manutenção’. Então, com essa inclusão da frase ‘que atendam às exigências mínimas contidas’ é exatamente aquela exigência que a Apac fez, que queria que constasse num layout específico e uniforme para todas os laboratórios – porque ao invés de se fazer um formulário específico, cada empresa terá seu formulário, desde que neste formulário atendam todas às exigências feitas pela Apac. Então só foram essas duas modificações que foram feitas – o restante da resolução está exatamente igual à que foi enviada aos conselheiros na Convocação do CRH. Então, já podemos submeter à aprovação!” **Simone Rosa**: “Então temos duas manifestações, o conselheiro **Tiago** e **Cássia**, logo após!” **Cássia Araújo (da CTAS-ANBEM)**: “O que eu queria perguntar é em relação a essa torneirinha a ser colocada para a coleta da água, se ela seria antes ou depois do hidrômetro – porque isso é uma questão! Se ela está antes do hidrômetro, ela possibilita fuga de água, sem cobrança e sem passagem pelo hidrômetro; se ela estiver depois, porque quando estava lá no Setor de Outorga da Apac, não se permitia nenhuma passagem antes do hidrômetro, para não possibilitar a obtenção de água sem que passasse pelo hidrômetro, ou seja, sem que possibilitasse que fosse computada aquela água. Veja, uma coisa é você poder tirar um pouco de água – tudo bem, não vai fazer diferença! Mas aquela torneira ali pode possibilitar que aquela água nunca mais passe pelo hidrômetro. Então isso é uma questão a ser levantada.” **Waldir Costa (da UNIECO e Coordenador da CTAS)**: “É, de fato, esta questão não foi abordada, mas poderá ser detalhada no site da Apac. Como essas alterações não vão constar ou influenciar na coleta, como o Boletim vai ter que obedecer todas as exigências contidas no site da Apac, entre essas exigências, deverá constar que essa retirada de água não poderá ser antes do hidrômetro.” **Tiago Delfino (do SINDAÇUCAR)**: “Poderia no próprio texto, no final, o Senhor encerrar com o seguinte: ‘mananciais subterrâneos para fins de outorga e licença ambiental’ – eu só queria saber a relação, porque a gente sabe que para tirar a licença, que é na CPRH, porém precisa da outorga, ou a Apac também vai licenciar?” **Waldir Costa (da UNIECO e Coordenador da CTAS)**: “Não, a outorga é no final do processo. A licença de operação é antes da outorga – de acordo com a resolução que ainda está em vigor! O Decreto que

está em vigor estabelece que a outorga só pode ser emitida após a licença de operação.” **Tiago Delfino (do SINDAÇUCAR):** “Porque eu, particularmente, entendia que o licenciamento era com a CPRH, e ela não licencia se não tiver a outorga. Até que antes, eu lembro bem, que a gente dava entrada em tudo na CPRH, internamente ela mandava para a Apac. E aqui, no próprio Conselho, ficou bem claro, que agora é separado, não é? Outorga é com a Apac e o licenciamento é com a CPRH! Eu não estou entendendo bem essa junção aí.” **Suzana Montenegro (Diretora Presidente da Apac):** “**Crystianne Rosal** vai dar o esclarecimento.” **Crystianne Rosal (Diretora de Regulação e Monitoramento da Apac):** “Bom dia a todos! A outorga só é liberada lá na Apac com a apresentação da licença ambiental! Ou seja, para o usuário pegar o Termo de Outorga ele precisa apresentar a Apac a licença ambiental, às vezes, eles apresentam no momento que dão entrada, uma licença já válida, emitida anteriormente, e muitas vezes quando eles fazem a entrada ao mesmo tempo, porque eles apresentam a licença na hora que vai buscar o Termo de Outorga, mas a gente não libera sem a licença – foi assim que foi acordado com a CPRH e existe uma Portaria Conjunta, dos dois Presidentes acordando isso!” **Waldir Costa (da UNIECO e Coordenador da CTAS):** “Exatamente, é o Decreto nº 20.423, de março de 1998, que ainda está em vigor, estabelece no seu ‘Art.18 – As concessões e autorizações administrativas’, que é a outorga, serão outorgadas mediante as seguintes condições: I – que tenha sido emitida a Licença de Exploração/Operação (LO)’ – então está bem claro que a licença vem antes da outorga, que ainda está em vigor isso aí!” **Simone Rosa:** “Esclareceu então? Ok! Então temos ainda o conselheiro **Waldir** e o conselheiro **Anísio** que querem se manifestar! **Anísio Coelho (da FIEPE):** “Senhoras e Senhores, bom dia! A gente sabe que essa resolução é muito importante no sentido de garantir a qualidade da água, mas isso tem uma correlação com seu uso e com sua destinação. A preocupação que eu fico é que é mais uma complicação, é mais um custo, é mais uma burocracia. E eu vejo que você pega um produtor rural da Zona Rural de Ouricuri, e ele quer legalizar o seu poço. A pessoas para fazer a coleta, a empresa localizada, geralmente no Recife, ele vai ter que arcar com o custo de ir para a cidade de Ouricuri – que é a cidade sede, e depois vai para ter que levar o técnico até a propriedade dele para efetivamente poder fazer essa coleta. Então, o que eu pediria é se estudar uma forma, nesses locais mais afastados, em que o produtor rural não tivesse que um valor tão alto, tão onerado, para efetivamente estar cumprindo a Legislação, porque desta forma, a pessoa da empresa que for fazer a coleta, então o custo será muito elevado para o produtor rural, e com isso impossibilita ele ter o poço dele devidamente credenciado, devidamente legalizado! Eu acho que poderia se estudar uma forma de se minimizar, para o pequeno produtor rural, e principalmente dessas áreas mais afastadas, no sentido em que ele não tivesse um encargo tão grande. Essa é a minha colocação. Obrigado!” **Suzana Montenegro (diretora Presidente da Apac):** “Só uma observação! Esse Conselho já aprovou uma Proposta de Lei, específica para o pequeno produtor rural – simplificando alguns procedimentos, que ainda não foi enviada para a ALEPE, mas foi aprovada por esse Conselho, em novembro, se não me engano!” **Sandra Ferraz (Gestora da SERH):** “Eu acho que esta preocupação de **Anísio** procede, porque essa daqui em particular, o ideal é que tivesse – e aí eu não sei se é possível, professor **Waldir**, do jeito que a gente está fazendo esse destaque, e já fazer essa citação agora, porque aqui não está contemplada aí a preocupação do conselheiro **Anísio!**” **Waldir Costa (da UNIECO e da CTAS):** “Devo verificar isso na proposta que foi aprovada aqui e foi enviada, se há algum dispositivo a respeito de análises – que diferencia um pouco desse tipo de coisa. Então, a gente pode verificar isso direitinho, e como ainda não foi aprovada na ALEPE, ainda está em tempo de fazer alguma alteração.” **Simone Rosa:** Certo! Há duas manifestações ali, ainda sobre esse assunto.” **Waldir Filho (da CPRM):** “Eu queria, primeiro, parabenizar a lembrança dessa torneirinha para a coleta porque no setor de água mineral já é exigida pela Agência Nacional de Mineração (ANM), e essa torneirinha fica logo na saída da tubulação adutora do poço – é uma torneira pequena, não tem como haver desvio dessa água. Se colocar mais para frente o custo será maior e essa torneirinha você pode instalar diretamente na tubulação. Liga o poço, abre a torneirinha e coleta a água. Se colocar mais para frente o custo de adaptação vai ser grande – e esta é a minha preocupação, principalmente, aqui no Recife, a quantidade de condomínios que utilizam água porque a questão da outorga é para a renovação também – não é só para tirar a outorga! Então, todos eles, um dia, vai necessitar instalar essa torneirinha. Então seria bom se pensar num período para que se faça essa adaptação e que se coloque logo na saída do poço, na própria tubulação, porque o custo fica bem menor e é uma torneira pequena, inoxidável, que você abre e coleta a água ali mesmo! É só isso, obrigado!” **José de Assis (da ABAS):** “Bom dia a todos e a todas! **Waldir**, com relação a essa Resolução CRH nº 01/2020, eu gostaria dizer que acredito que um poço no cristalino, que é o caso de Ouricuri e 85% (oitenta e cinco por cento) do Estado de Pernambuco, que estão localizados em terrenos cristalino, se eu não me engano, não vão entrar nessa resolução, porque poço no cristalino com vazão de 5m³/dia (cinco metros cúbicos por dia) não precisa de outorga e também de licenciamento ambiental. Então eu acredito que, independente desse Projeto de Lei que está na Assembleia, o poço no cristalino, ou seja, a preocupação que **Anísio** levantou, eu acredito que já esteja isento dessa resolução que está se falando aqui, da Resolução CRH nº 01/2020! Não sei se é exatamente isso, **Waldir** – eu gostaria que você colocasse mais alguma coisa.” **Waldir Costa (da UNIECO e da CTAS):** “Na realidade, há um interesse nosso de fazer uma reforma na Lei de Águas Subterrâneas – que está com mais de 20 (vinte) anos de existência, e que inclusive tentamos fazer essa alteração há 03 (três) anos atrás, mas infelizmente, por haver uma duplicidade de propostas, terminou nenhuma e nem outra sendo aprovada. Mas nessa nova proposta, uma das coisas que iríamos incluir, primeiro, era a cobrança pela água – que era um critério praticamente nacional, e segundo, era a questão que você falou há pouco, da isenção para poços no cristalino, porque atualmente são livres de outorga os poços com vazão inferior a 5m³/dia (cinco metros cúbicos por dia), com a profundidade menor que 20m (vinte metros) e poços para pesquisas. Então, iríamos incluir mais um item, que seria poços no cristalino – até porque os poços do cristalino, em sua maioria, dão sempre vazão inferior a 1m³/hora (um metro cúbico por hora). Mais alguma observação?” **Cássia Araújo (da CTAS-ANBEM):** “Quanto a essa questão da torneira, ela sendo na frente ou atrás do hidrômetro, eu tive uma experiência, e isso aí é diferente, com a água mineral a vazão é extremamente superior – é um outro nível

de produção, contra a contaminação e outras coisas mais. No caso de outorga, como é feito na Apac, as questões não são bem assim! E as pessoas fazem isso, e principalmente em condomínios, que tem uma vazão limitada, pequena, muitas vezes de 30 (trinta), 60 (sessenta), ou no máximo 100m³ (cem metros cúbicos) na Região Metropolitana do Recife (RMR) e qualquer fuga que possa ser obtida por eles – isso é possível! E o custo é praticamente nenhum entre colocar a torneira imediatamente antes do hidrômetro, ou logo após o mesmo. O hidrômetro tem que ser colocado imediatamente na boca do poço – então, seria um, e logo em seguida, o outro! Quanto ao custo, isso não modifica em nada. E a outra questão que quero falar, é sobre a questão que **Assis** colocou sobre a Legislação, a questão que **Anísio** falou, que para mim também é pertinente, porque no caso, essa Proposta de Lei ainda não está vigorando. O que vigora hoje é: 'poço de até 20m (vinte metros) de profundidade é que está isento; até 50m (cinquenta metros) e no cristalino está isento apenas do licenciamento ambiental. Agora, pela Apac: profundidade de até 20m (vinte metros) e vazão de até 5m³/dia (cinco metros cúbicos por dia) – independentemente de ser no cristalino, ou não! E todos deveriam ter hidrômetros, para poder ser regularizado – essa é a Legislação em vigor! A Proposta de Lei, retira o hidrômetro e aumenta essas questões, mas até ela ser aprovada, essa questão é pertinente! Se essa resolução sai, dessa forma, a partir desse momento, todos que se encontrarem na obrigação de ter que obter a outorga, terão que passar a vigorar com essa resolução!" **Simone Rosa**: "Mais alguma manifestação sobre a resolução, para que a gente dar o encaminhamento?" **Anísio Coelho (da FIEPE)**: "Salvo engano, o que está na Legislação que está sendo analisado na Assembleia, ele contempla esse tratamento diferenciado para o agricultor familiar, não para o pequeno produtor rural – eu estou falando do pequeno! Não sei se eu estou enganado, aí vocês podem corrigir, porque aí o que está para a Assembleia, fala do agricultor familiar, e eu estou me referindo aqui do pequeno produtor rural – que necessariamente, não é agricultura familiar! E 5m³(cinco metros cúbicos), mesmo no cristalino, não dá, absolutamente, para nada! Porque a gente sabe, obviamente, de que no mínimo de 10 (dez) a 20m³/dia (vinte metros cúbicos por dia) seriam necessários para que você possa ter alguma atividade agrícola ou agropecuária. Então eu pontifico aqui, eu acho até que temos que ter alguma coisa para esse tratamento diferenciado, porque desta forma, a gente vai penalizar o pequeno agricultor rural." **Simone Rosa**: "Certo! Diante de todas essas considerações, o professor **Waldir** quer fazer algumas colocações para a gente poder ver qual será o encaminhamento que pode ser dado?" **Waldir Costa (da UNIECO e da CTAS)**: "Essa questão do custo da análise não é tão pesado como se falou! Inicialmente, se exigia que o técnico do laboratório fosse ao local fazer a coleta, mas agora não é o técnico que vai fazer a coleta, é uma pessoa credenciada – o laboratório daqui pode credenciar alguém de lá do Interior para fazer a coleta, não tem que mandar um técnico do laboratório daqui para lá – é diferente! Olha aqui no slide, na resolução, no Art.4º, inciso II: 'a coleta da água, em aquíferos porosos, deverá ser procedida exclusivamente por um técnico, habilitado e indicado pelo laboratório.' Não quer dizer que é um laboratorista que vai até lá fazer a coleta, pode ser um técnico habilitado que more lá no Interior e o laboratório daqui credencie ele para fazer a coleta, porque o custo de um técnico do laboratório sair daqui para ir ao Interior é maior do que a própria análise – é mais caro do que a própria análise! Então, se o laboratório credencia um técnico do Interior, que poderá ser até de outra organização, como o IPA ou outro técnico que tenha a noção de análise, o laboratório o credencia e ele vai lá e coleta a água. Então esse custo vai ser mínimo, não será tão elevado! E o custo de uma análise química, hoje em dia, do tipo mais sumária, que como havia pedido, não chega a R\$ 400,00 (quatrocentos reais) – não vejo como o agricultor não possa pagar R\$ 400,00 (quatrocentos reais), pois será uma despesa única durante um ano inteiro – R\$ 400,00 (quatrocentos reais), se ele dividir isso ficará bem razoável para ser cobrado!" **Simone Rosa**: "Bem, diante de tantas manifestações, para a gente dar um encaminhamento, para podermos seguir a nossa pauta, a minha proposta é a seguinte: a gente colocar em votação se a proposta aprovada, ou se o entendimento é de que ela retorne para a CTAS, para que tenha uma nova discussão, e depois ela venha para a Plenária – levando em consideração os pontos que foram colocados aqui. Então, precisamos deliberar sobre isso! A minha proposta é a seguinte: se manifeste, levante seu crachá, o conselheiro que entender que a proposta desta resolução não pode ser aprovada e ela precisa retornar para a CTAS. E agora vamos fazer uma contagem dos votos, por favor **Gizélia**, porque aí, dependendo da deliberação. 06 (seis) votos, eu estou vendo daqui. Pessoal, só para a gente fazer a contagem direitinho, porque é importante nessa deliberação! Por favor, levantem bem o crachá, os conselheiros que não concordam com a aprovação e que entendem que tem que haver o retorno para a CTAS! São 07 (sete), aliás 08 (oito) conselheiros que entendem que o documento tem que voltar para a CTAS! Então, faremos a pergunta inversa: quantos conselheiros entendem que ela pode ser aprovada da forma com está aqui? Então, levantem bem o crachá! 07 (sete) votos também? Gente, nunca houve um impasse deste! Como houve um empate, vamos repetir, para que não haja dúvida: quem aprova da forma como está, para ficar aprovada nesta reunião? Só para conselheiros, com o crachá! Só votam os conselheiros! Certo, então temos 10 (dez) conselheiros que aprovam. É preciso refazer a votação contrária: então, quem entende que o documento precisa voltar para a CTAS? Ok, 08 (oito) votos! Então, **desta forma, por 10 (dez) votos a 08 (oito), fica aprovada a deliberação da forma como está aqui, a Resolução CRH nº 01/2020 – e não volta para a CTAS!** Então, encerramos esse ponto e veremos agora a Resolução CRH nº 02/2020, que altera a Resolução CRH nº 02/2019, que dispõe sobre a exploração de águas subterrâneas na Bacia Sedimentar do Jatobá, e eu passo a palavra para o professor **Waldir** para fazer suas considerações sobre as alterações." **Waldir Costa (da UNIECO e da CTAS)**: "Essa Resolução CRH de 2019, quando foi discutida e aprovada, era para regularizar o estudo que foi executado na Bacia do Jatobá, em que foi definido o Mapa de Zoneamento de Vazão Explotável e essa mapa foi colocado na resolução, juntamente com sua Legenda Explicativa. Acontece que, durante a reunião, foi apresentada uma proposta que nada tinha a ver com o estudo realizado, em que se incluía um determinado Mapa de Surgências. Por uma questão de ética, eu não vou dizer o autor nem tão pouco o órgão ao qual pertencia o autor do trabalho, mas tanto um como o outro eram considerados pela maioria da câmara, sem nenhuma dúvida merecedores de confiança, em face a isso não se entrou no mérito daquelas áreas de Surgências – conforme estavam estabelecidas naquele mapa! Favor

colocar na projeção aquele mapinha. Ai no slide, está o Mapa de Zoneamento Explotável da Bacia Sedimentar do Jatobá, e na sequência está o Mapa de Surgências. Vejam bem, esse Mapa de Surgências, apresentado por um trabalho que não era referente ao Zoneamento Explotável, estabelecia que essas áreas nele demarcadas em 'amarelo' eram Zonas de Surgências – e como tal deveriam ser feitos poços nessas áreas, e nem tão pouco outorgar poços lá existentes! Devido a uma série de reclamações que foram dirigidas à Associação Brasileira de Águas Subterrâneas (ABAS), esta entidade encaminhou à Secretaria de Infraestrutura e Recursos Hídricos (SEINFRA) um pedido de exclusão, especificamente, com respeito a este Mapa de Surgências. Para quem não está bem a par da terminologia hidrogeológica, esse Mapa de Surgências se refere às áreas, zonas onde o aquífero estaria surgindo na superfície, estaria aflorando na superfície. Eu então me dediquei a fazer, pessoalmente, esse estudo e verificar as áreas que eram ditas como de surgências! Vejam bem, eu coloquei esses mapas na projeção para esclarecer para vocês. Essa Área 1 no slide, quando eu coloquei no Mapa Geológico, feito pela CPRM na escala de 1/100.000 (um para cem mil), essa Área 1 do Frutuoso, delimitado em 'vermelho', fica vizinha aos Poços do Frutoso, onde se abastece a cidade de Arcoverde e não existe absolutamente nenhuma surgência! Nem sequer existe um laguinho, que pudéssemos dizer que era uma surgência! Nada, nada, não existe nenhuma drenagem! Para que existisse essa surgência era preciso que essa água ficasse na superfície empossada, como uma lagoa perene, ou que desse origem a um rio perene, devido à alimentação pela água subterrânea. E não existe absolutamente nada! Aqui na Área 2, delimitado por essa área aqui no slide, existe uma pequena lagoa aqui, bem pequenininha aqui, que não tem nada a ver com surgências também – é água que fica empossada em época de chuvas! E de acordo com o citado mapa, toda essa área aqui ficou proibida fazer poços, toda essa área! Agora, veremos o que é bem interessante nessa Área 3, onde tem um curso de água que passa aqui (no slide), que é onde foram feitos os poços para o abastecimento de Tupanatinga – e acho que a Secretaria foi quem contratou esses poços! Foram feitos vários poços nessa área para abastecimento d'água da cidade de Tupanatinga, que fica mais abaixo do mapa. Ora, de acordo com essa resolução de 2019, toda essa área em 'vermelho' aqui no mapa, está proibido de se fazer poços ou de outorgar os poços – nem o Governo poderia outorgar os poços que ele fez! Porque eles estariam dentro de uma Área de Surgência, e nela, absolutamente, não tem qualquer localização de rio perenizado, nem muito menos lagoa perenizada. Então, não existe coisa nenhuma desse tipo! Finalmente, as outras duas áreas, 4 e 5: a Área 4 está com esta delimitação aqui e a Área 5 com toda esta delimitação aqui (no slide). Nestas duas áreas existem duas lagozinhas, mas elas não são alimentadas por águas subterrâneas, até porque elas estão localizadas em cima de uma Formação Ilha, que é formada de folhelhos – que não tem água! Então ela não poderia nunca alimentar aquela formação, porque ela não é um aquífero! Ela é uma lagoazinha que fica num curso de água, como há uma depressão do terreno, ela acumula um pouco de água. E por conta disso aqui, o autor do trabalho colocou toda essa área aqui como proibida de se fazer poços! Então, estava absolutamente irregular esse Mapa de Surgências da resolução de 2019 – na verdade, não deveria conter este mapa! Por isso, nós estamos fazendo uma alteração na resolução de 2019! Verificando a proposta atual, a Resolução CRH nº 02/2020: “Art. 1º - Aprovar o Mapa de Zoneamento Explotável de Águas Subterrâneas na Bacia Sedimentar do Jatobá, com base e adaptações no “Estudo Hidrogeológico da Bacia Sedimentar do Jatobá-2010”, conforme Anexo I” – antes tinha aqui: ‘I-A e I-B’, onde I-A era o Mapa de Zoneamento e I-B era o tal do Mapa de Restrições e agora ficou somente o Anexo I, que é o Mapa de Zoneamento. Depois vem: “Art. 2º - Excluir-se da Resolução CRH nº 02/2019 o Anexo I-B, e o parágrafo único do Art.2º.”, onde o Anexo I-B era exatamente aquele Mapa de Surgências; e o parágrafo único do Art.2º, que fazia alusão a essas áreas onde eram proibidos se fazer novos poços, assim, tivemos que excluir este parágrafo também! Por fim, a nova resolução revoga uma parte da resolução anterior (de 2019), quando estabelecia uma condição de restrição para perfuração de poços ou renovação de outorgas localizados em áreas ‘supostas’ serem de surgências. Então, ficou modificada essa resolução de 2019, que agora irá atender aos critérios meramente técnicos, e exclusivamente do trabalho feito pela Apac, de Estudo Hidrogeológico da Bacia Sedimentar do Jatobá.” **Simone Rosa**: “Bem, então fica aberto aos conselheiros manifestações sobre as alterações propostas aqui.” **Anísio Coelho (da FIEPE)**: “Para efeito de um melhor entendimento, dentro dessa proposta vai ter algum remanescente dessa água de surgência – se vai ficar? E se reduziu, foi em qual percentual?” **Waldir Costa (da UNIECO e da CTAS)**: “Não! Toda a área que era considerada como de surgência foi excluída, porque realmente não são Áreas de Surgências!” **Anísio Coelho (da FIEPE)**: “Então foram totalmente abolidas essas Áreas de Surgências?” **Waldir Costa (da UNIECO e da CTAS)**: “Isto, foram totalmente eliminadas!” **Anísio Coelho (da FIEPE)**: “Isto aí também ajuda a legalizar a operação da Compesa, que estava trabalhando numa área dessas?” **Waldir Costa (da UNIECO e da CTAS)**: “Exatamente!” **Simone Rosa**: “Mais alguma manifestação dos conselheiros, em relação à proposta de alteração? Bem, como não temos mais nenhuma manifestação, e não houve nenhuma manifestação contrária, então eu coloco em deliberação! Os conselheiros que concordam com a aprovação desta Resolução CRH nº 02/2020, da forma como foi apresentada aqui, mantenham-se como estão, e quem não concordar, quem discordar, por favor se manifeste, levantando seu crachá! Então, como não temos nenhuma manifestação contrária, então está aprovada por unanimidade a Resolução CRH nº 02/2020 aqui apresentada. Então, agradeço ao professor **Waldir Duarte (Coordenador da CTAS)**, pela sua participação, pela condução dos trabalhos da Câmara Técnica, que culminaram nessas duas resoluções, e se quiser voltar à Plenária, fique à vontade! Então, passaremos para o próximo ponto de pauta, que é o item que diz respeito à Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais (CTALI), em que temos 03 (três) pareceres, que foram analisados pela equipe da CTALI e que serão aqui apresentados. Quem havia se comprometido em fazer essa apresentação era o Coordenador da CTALI, o professor **Ricardo Braga**, que infelizmente não está presente, e antes de pedir para **Sandra Ferraz** para fazer essa apresentação, eu consulto se entre os conselheiros aqui presentes, temos algum outro membro da CTALI, que queira fazer a apresentação desses pareceres?” **José Queiroga (da CTPPP-FIEPE)**: “Na verdade, eu não sou mais membro da CTALI! Porém, um desses pareceres foi feito numa reunião da qual eu presidi, e talvez seja razoável pensar

em fazer essa apresentação sobre a solicitação da Adimax.” **Simone Rosa**: “Então, se não houver nenhuma objeção, se nenhum conselheiro for contrário, convido então **Queiroga**, que não é conselheiro e nem é mais membro, mas participou ativamente da CTALI, para apresentar o primeiro parecer, que é o Parecer Técnico da Adimax, que é sobre o requerimento de aumento de vazão do poço da Adimax. O professor está me mostrando que, inclusive, o **Queiroga** assinou o parecer, porque ele foi o coordenador *ad hoc* da CTALI na ocasião. Então, por favor **Queiroga** pode apresentar o primeiro parecer.” **José Queiroga (da CTPPP-FIEPE)**: “No momento em que houve esse estudo eu ainda fazia parte da CTALI – hoje não mais! Fui substituído por outras pessoas, mas estou, de qualquer forma, dando a minha colaboração – até mesmo pelo fato de eu ter participado, diretamente, dessa discussão e estavam presentes os dois colegas que assinam o documento comigo. Também estavam presentes à reunião, o meu colega **Assis** e **Crystianne Rosal**, ensejo em que a gente discutiu bastante sobre essa temática. O resultado dessa discussão é mais do que uma simples decisão sobre a Adimax, pois envolve outras coisas, além disso, pois eu diria que é quase uma espécie jurisprudência a respeito do tem, que é recorrente dentro da Apac, que é a renovação de outorga. Vou passar rapidamente a respeito da evolução da reunião e partir, quase que, aos finalmente. A Adimax teve uma outorga vencida e solicitou, no início do ano passado, uma renovação e pediu um aumento de vazão, disse o requerente, que era de 50m (cinquenta metros), mas os documentos que ele preencheu, no fim das contas, ele ‘misturou as bolas’ e pediu apenas 21m (vinte e um metros) de vazão no tal formulário – que consta da solicitação de renovação da outorga. No fim da história, vai e volta, terminou sendo concedida para ele a mesma vazão que tinha anteriormente, baseada essa concessão, numa interpretação de um texto da Resolução CRH nº 01/2019, que fala de uma vazão anterior, de uma aprovação de uma demanda anterior – esse é o ponto central dessa história toda. Então, eu vou fazer uma pequena digressão desse negócio aqui, antes de chegar à conclusão final. A resolução apresenta um trabalho muito bom com a definição de um mapa muito bem feito sobre as diversas situações na Região Metropolitana do Recife (RMR), que possui 08 (oito) Zonas – cada uma com sua especificidade, e a principal é a vazão máxima ser possível outorgar e também a distância de perfuração de novos poços. Isto faz parte de alguns quadros auxiliares, que vão desde a vazão mínima ou da vazão máxima, da distância mínima de perfuração e também uma porção de outros índices, que dão a possibilidade de avaliar quais as necessidades reais de volume de água para um determinado empreendimento, uma determinada situação. São vários quadros e eu vou me ater apenas aos que são mais apropriados ao exame do caso. Então, para um poço sempre vai existir um par de informações que constam num dos quadros da citada resolução, que envolve uma vazão de outorga concedida anteriormente e uma vazão, que é o limite daquela região onde o poço está situado. O entendimento desse documento é que gerou uma certa discussão! O caso da Adimax – vou voltar um pouquinho à Adimax, e mostrar os quadros no slide: aí esta tabela é importante! Aí são as diversas áreas que estão contempladas naquele mapa que mostramos anteriormente. Vejam no slide, aqui nesta penúltima linha da tabela, do Quadro 1, nas duas últimas colunas, temos ‘Restrições de Exploração’, tem dois índices: um V_1 que está meio escondidinho e outros V ’s – tem V_1, V_2, V_3, V_4 , etc. e tem as distâncias mínimas entre os poços perfurados – em cada Zona tem esse par de informações! As Vazões Máximas que são: V_2, V_3, V_4, V_5 , etc. e uma vazão V_1 que é uma vazão da concessão anterior; depois temos as distâncias que não vêm muito ao caso! Temos a seguir o Quadro 2, com os Limites de Outorga, onde a Vazão Baixa é de 30 a 60 m³/dia, etc. Então, no Quadro 3 estão as Restrições de Exploração quanto à Vazão Máxima em cada poço, que definem de V_0 (sem restrições de vazão) até V_8 (vazão máxima de 1.200 m³/dia em poços novos ou substituídos). Então, existe uma grande variação desses limites de vazão a serem concedidos na outorga, por outro lado, existe um V_1 que indica ‘manter a última vazão outorgada em poço existente’. Então, todo ‘poço, inclusive este poço que está em análise, da Adimax, que tinha uma vazão concedida anteriormente de 21 m³/dia, chegou a pedir 100 m³/dia – não oficialmente, chegou através de um ofício para a Presidência da Apac, coisa desse tipo, e veio assim meio que ‘de bolo’ – sem nenhum ofício, sem nenhuma orientação, sem uma documentação e foi parar na CTALI. Então, **Crystianne**, pedimos o processo de outorga à Apac, que nos foi entregue, e a gente pôde examinar algumas coisas que lá constam, e como é que o processo evoluiu. A evolução foi meio truncada, mas já fazia um ano que o requerente havia solicitado a renovação da outorga, que foi em janeiro de 2019 – e que só agora, em 2020, que viemos discutir – um ano depois! Eu vou dizer uma coisa, que talvez eu seja um pouco agressivo: é um processo ridículo, um negócio que não tem o que fazer! Mas a coisa chegou as nossas mãos e chegamos à seguinte conclusão: aquele V_1 não era simplesmente ‘a vazão anteriormente concedida’ – como vinha sendo interpretado nos diversos estágios de análise da Apac! Esse V_1 , e eu peço para mostrar o Art. 5º desta Resolução CRH nº 01/2019 – pois houve uma discussão na CTALI, que está condicionada ao disposto no do Art. 5º dessa Resolução, que diz textualmente, como foi transcrito em nosso Parecer Técnico: ‘Com os dados solicitados em mãos, as discussões evoluíram de forma dinâmica e rica em ideias, para além dos elementos e pareceres incluídos no processo, numa análise interpretativa dos termos e consequências da Resolução CRH nº 01, de 14/03/2019, do que resultou uma forte convergência para a compreensão e interpretação de que a adoção dos valores mínimos de vazão V_1 , correspondentes às últimas vazões outorgadas em poços existentes determinados no Anexo I, Quadro 3 - Restrições de Exploração, da Resolução nº 01 de 14/03/2019, que constituem os fundamentos às decisões sobre vazões em processos de renovação de outorga, estão condicionadas ao disposto no Art. 5º dessa Resolução, que diz textualmente: ‘Para os “poços existentes” detentores de outorgas baseadas em critérios restritivos anteriores, serão mantidas as vazões outorgadas’. Ou seja, não existia restrição anterior! O que houve no caso da Adimax, que talvez tenha acontecido em outros casos, e que podem acontecer outros daqui para frente, é que a vazão foi concedida em função de avaliação técnica. Então, a empresa precisa de ‘tantos’ metros cúbicos de água por isso, por isso e por aquilo; tem ‘tantas’ pessoas, tem um processo de produção que exige ‘tantos’ metros cúbicos de água; tem lavagem; tem jardins a irrigar, e etc. Então, nós entendemos que existe uma grande diferença entre essa concessão de uma certa vazão por necessidades técnicas, digamos assim, do que uma limitação por restrição – que a proteção aos aquíferos. O órgão, a Apac, define vazões que não podem ser ultrapassadas, porque

isso prejudicaria o próprio aquífero – essa é, realmente, o que lá entendemos: ‘que seja uma restrição legal’ – não pode porque está definido em Lei que não pode! Essa outra concessão não chega a ser uma restrição – ela é uma avaliação de necessidade – o que não é uma restrição! É uma limitação por questões absolutamente técnicas. Ou seja, aquele V_1 que está lá, se refere às restrições que foram baseadas em critérios restritivos anteriores – critérios restritivos! No caso da Adimax não existia nenhum critério restritivo! Naquela área, onde a empresa está situada – em Abreu e Lima, nunca houve nenhuma restrição desse tipo! Então, ela não estaria limitada a ficar com os mesmos 21 m³/dia (vinte e um metros cúbicos por dia) – que recebeu na primeira outorga, ela certamente faz jus, tem o direito de pedir algo mais de vazão – claro que a Apac não será obrigada a conceder o que ela pedir, terá que fazer uma avaliação do que ela precisa – dentro do espírito de proteger o aquífero, mas ela não está limitada! Então, esta é a conclusão que nós chegamos: *‘Dentro do processo, não seria possível ou correto, por conta de lançamentos no preenchimento dos formulários de solicitação, conceder um aumento, diferente dos 21,0 m³/dia, como foi, de fato, concedido pela APAC, posição coerente com o pensamento vigente no setor de outorga desta – e aí realmente, o pessoal da Adimax fez uma mistura de coisas, que praticamente não deu margem de entendimento. Ela preencheu o formulário com 21 (vinte e um) metros, mas queria aumentar para 100 (cem) metros. Então fica muito difícil para a Apac dizer: ‘Bom, você está pedindo no formulário 21 metros, mas eu vou lhe dar 100 metros!’ o que fez ele terminar recebendo uma outorga de 21 m³/dia efetivamente! Então, ele ‘chiou’ e pediu, diretamente, à Diretoria da Apac e ao Conselho, esse aumento de vazão. Continuando a conclusão do parecer: ‘Restou claro, entretanto, a inexistência de óbices à possibilidade dessa demanda ser novamente requerida, inexistindo restrições legais de vazão ao volume pretendido, condicionado este, necessária e obrigatoriamente, a uma avaliação técnica das necessidades reais da Adimax, para definição da nova vazão a ser outorgada pela Apac. Então, **nós entendemos que ele pode pedir e terá direito a um aumento de vazão, condicionada a um estudo técnico** – essa é a ideia básica para solução do problema! Por fim, fazemos depois umas considerações um pouco mais gerais, que ficou meio burocrática – foi para lá e voltou, passou um ano e não se decidiu, e com esse tempo todo se prejudica a empresa, o corpo técnico da própria Apac – com idas e vindas ao local. E isso não é bom, para ninguém! Logo, o que for possível fazer, no sentido de facilitar, será melhor para todos. Sei, j’[a estou sabendo, nas conversas que tive com a Apac, que esse processo deixa de ser manual e passa a ser digital – o que certamente dará um maior ganho em termos de agilidade e de providências, que no fim das contas, serão benéficas para a sociedade, e não somente para a empresa! Bem, basicamente é isso e essa é a nossa conclusão – um pouco floreada, me desculpem!’ **Simone Rosa:** “Pronto, agradeço a **Queiroga** por sua exposição, e já abrindo à manifestação aos conselheiros, sobre o Parecer da CTALI.” **Waldir Costa (da UNIECO e da CTAS):** “Inicialmente, eu queria parabenizar ao amigo **Queiroga** pela maneira correta como ele conduziu esse trabalho, pelo parecer final que ele concedeu ao caso, em que foi muito feliz em distinguir essa questão da não existência de critérios técnicos, numa área que não tinha sido estudada na época. Agora, eu gostaria de citar uma série de falhas nesse processos. Tudo gerou em termos da imprecisão de um termo daquela tabela da Resolução CRH nº 01/2019. Quando veio ao nosso conhecimento, desse trabalho que estava sendo desenvolvido pela CTALI – que aliás lamentamos que a CTAS não tenha sido convidada para dar um parecer, pois a resolução procedeu da CTAS, mas ela não foi ouvida, mas de qualquer maneira a imprecisão do termo a seguinte: no caso da vazão estipulada em V_1 , constava na tabela da resolução: ‘manter a última vazão outorgada em poço existente’ – manter! Porquê colocou-se isso? No caso das vazões V_2 e V_3 de 30 e 60 m³/dia, respectivamente, ocorreram alguns casos que o proprietário do poço já havia uma outorga em valor maior do que aquela que tinha sido dada em época anterior àquele processo já existente. Então, para que ele não fosse prejudicado, podia-se manter aquela vazão outorgada – na hora, não se pensou no caso contrário, em que a vazão que tinha sido outorgada era menor do que agora estava sendo dada! Então, a CTAS, apesar de não ter sido consultada, resolveu na última reunião do dia 05 (cinco) de março, analisar a questão e colocar uma única palavra no V_1 desta tabela do Quadro 3 da Resolução CRH nº 01/2019, ficando agora: ‘poderá manter a última vazão outorgada em poço existente’. O que quer dizer que: ‘poderá manter’ se a vazão atual for menor do que a que ele tinha antes, e ‘poderá não manter’ se for o contrário – que é o caso atualmente estudado. Então, a única palavra que estava faltando ali na tabela, para ficar mais preciso, foi o ‘poderá’ – poderá manter. Então o ‘poderá’ significa que ele pode fazer, ou não! Então, se ele está sendo prejudicado ele mantém a vazão outorgada anteriormente; se ele vai ser prejudicado porque a atual é maior, ele não mantém a vazão outorgada. E isso aí foi decidido na CTAS, na reunião do dia 05 (cinco) de março, para evitar que novos processos venham ao caso de ser analisado. Isso aí poderia ter sido evitado, não fosse uma falha técnica da própria Apac, porque no primeiro caso logo, no dia primeiro de janeiro, quando a Adimax mandou o processo, a própria empresa cometeu um erro, porque ela afirmava que não estava em vigor o processo, mas ela tinha que obedecer ao anterior, que era 21 m³/dia – então ela há tinha cometido este erro! Na segunda vez que ela manteve era o caso dos técnicos da Apac consultarem a CTAS sobre essa questão, porque se naquela ocasião ele tivesse nos consultado, a gente tinha dado esse parecer favorável tranquilamente, porque a gente viu que foi uma falta de percepção para o caso do prejuízo do proprietário do poço. Então, houve essa falha técnica do pessoal da Apac quando negou o segundo pedido que eles fizeram, em junho ou julho do ano passado, negando pela segunda vez e não era para ter negado – era para ter nos consultado – via a falha nossa, a gente corrigiria a tabela, como fizemos agora, e a autorização seria dada a autorização do aumento da vazão! Houve uma série de falhas, mas no final saiu tudo bem, porque o nosso amigo **Queiroga** se saiu muito bem no Parecer Técnico que fez – parabéns! De minha parte o parecer está aprovado!” **Anísio Coelho (da FIEPE):** “Venho parabenizar o companheiro **Queiroga** pelo seu parecer, mas sobre essa colocação que o professor **Waldir** fez agora, de se colocar o ‘poderar’ na resolução, isso deixa em aberto o seguinte: esse ‘poderar’ pode subir ou pode diminuir! Então, eu tenho um empreendimento onde eu já fiz um investimento, que para ele se manter eu tenho que ter aquela vazão de água, na hora que eu vou fazer a renovação da outorga, onde tinha lá 21 m³/dia, ‘poderá!’ Então eu não estou garantindo os 21 m³, eu posso dizer agora você só vai trabalhar com 15*

m³/dia! E toda a fábrica viabilizada para 21 m³. Então, esse 'poderá', deveria ser '*poderá aumentar*', e não, '*poderá manter*'! Deveria ser '*poderá aumentar*' – porque, tanto você pode subir como você pode decrescer. E na hora que decresce você inviabiliza o empreendimento, porque a tendência do empreendimento é crescer, ou se manter! Essas são as minhas colocações!" **Waldir Costa (da UNIECO e da CTAS)**: "Eu acho que não fui bastante claro, porque uma coisa é o verbo '*poderá*' e outra é '*deverá*'. Se eu tivesse dito '*deverá*' ele teria que manter a vazão, mas '*poderá*', ele pode fazer ou não! Se ele se sente prejudicado porque a vazão agora, é maior, ele não mantém a outorga anterior – não mantém e simplesmente usa a nova vazão! Porque quando ocorre o V₁, que vem de lá, do valor anteriormente outorgado. Então, se ele vai sentir prejudicado porque tinha uma vazão menor outorgada, ele não vai manter a vazão outorgada! É simples, vai usar essa segunda vazão. No caso específico da Adimax, em Abreu e Lima, que é a Zona "G" do Quadro 3 da resolução, ele tinha V₁ e V₆ – se a vazão outorgada dele era de 21 m³/dia, e ele '*poderá manter*' – ele mantém se quiser! E no segundo caso, que é o V₆, que a vazão máxima é de 480 m³/dia, ou seja, ele pode pedir até 480 m³/dia (quatrocentos e oitenta metros cúbicos por dia) – isso está claro! Agora, se eu tivesse dito '*deverá manter*' aí seria diferente! Mas '*poderá*' não, '*poderá*' ele faz se quiser! O próprio órgão, que é a Apac, vai entender que é um critério de escolha do interessado. Tanto é assim que, em alguns casos, onde antes ele tinha uma vazão maior do que a atual, ele vai manter a outorga da vazão maior – tem casos aqui no Recife, num local que hoje é de 30 m³, tinha casos anteriores que eram 50 m³ - ele vai manter aquela vazão outorgada, porque interessa a ele ter uma vazão maior! Então, esse '*poderá*' vai dar condições ao proprietário do poço de escolher se quer, ou não, aquela vazão outorgada! Não pode subir além daquela estabelecida na resolução, por exemplo, ele não pode subir além de 480 m³/dia – que é a vazão máxima estabelecida naquela zona, ou seja, ele pode manter os 21 m³ ou então subir até 480 m³/dia, que é o limite da área – ele não pode passar desse limite! E isso, é claro, é um direito adquirido – ele tinha aquela vazão já outorgada e tinha o direito adquirido. Agora, se aumentou a vazão ele pode abrir mão daquele direito adquirido – é uma questão dele, do proprietário, por não querer mais aquela vazão anterior. Agora, se ele tinha uma vazão maior do que atualmente utilizada, ele vai querer manter a anterior, porque ele seria beneficiado!" **Simone Rosa**: "Para a gente dar um encaminhamento, porque a gente ainda tem outros 02 (dois) pareceres que são igualmente importantes, sobre a Prestação de Contas do Fehidro e do Progestão, então vamos retomar aqui. Foi apresentado um Parecer da CTALI, e aí em cima desse parecer o professor **Waldir** fez uma sugestão de alteração. A gente tem que entender direito que antes estávamos votando resoluções, deliberações do Conselho – agora não estamos deliberando sobre resoluções! Isso é um parecer, que veio pronto, redigido, assinado, da CTALI – da forma como foi muito bem apresentado aqui pelo **Queiroga**. Então, no meu entendimento, não cabe a gente fazer alterações no parecer que já veio pronto, por um grupo que é a CTALI. Este parecer veio, foi apresentado e cabe a gente aprová-lo, ou não! Não cabe aqui, a Plenária do Conselho fazer alterações num parecer – que já veio, foi discutido em muitas e muitas reuniões da CTALI, como **Queiroga** bem colocou. Então, há mais alguma manifestação sobre esse meu comentário? Que foi só para deixar claro o entendimento, pois a gente vinha numa sequência de deliberações, e agora a gente está numa sequência que não é de poder alterar como uma resolução – mas de aprovar, ou não, a deliberação que veio da CTALI!" **Anísio Coelho (da FIEPE)**: "Eu só queria deixar claro que sou totalmente favorável ao parecer. O que eu falei foi sobre a mudança na tabela da resolução, minhas colocações foram sobre a mudança na tabela!" **Simone Rosa**: "Entendi perfeitamente e concordo com a colocação que foi feita por você, **Anísio**, concordo também! Então, dessa forma colocamos agora em aprovação: os conselheiros que consideram aprovado o parecer relativo à Adimax, apresentado aqui pelo **Queiroga**, da forma como está, permaneçam como estão. Se algum conselheiro discorda da aprovação do parecer eu peço que levante seu crachá! Então, não tendo nenhuma manifestação contrária, o Parecer Técnico-CTALI, sobre requerimento de aumento de vazão do poço da Adimax está aprovado por unanimidade! Eu agradeço ao **Queiroga** por sua colaboração, que também apresentou o parecer e fique à vontade, se quiser voltar para a Plenária." **José Queiroga (da CTPPP-FIEPE)**: "Eu agradeço aí ao voto favorável de vocês, imagino que a gente não fugiu de nenhuma coisa lógica, ficamos apenas – não só eu, pois esse parecer não é apenas meu, ele é de uma equipe trabalhou muito, se debruçou sobre esse problema e chegamos a essas conclusões. E a colocação do professor **Waldir** fez, isso é evidente, que isso vai ser objeto de um outra coisa, mas que é absolutamente pertinente com a ideia que a gente defendeu lá na câmara técnica. Muito obrigado a todos!" **Simone Rosa**: "Obrigada também, **Queiroga**! Passamos, então, ao próximo ponto, ainda na análise de Pareceres da CTALI, que diz respeito ao Progestão-2019 – ao Formulário de Autoavaliação-2019 e do Formulário de Audeclaração-2019. Como eu falei no início desse item, o que estava programado é que quem deveria fazer essa apresentação era o Coordenador da CTALI, que é o professor **Ricardo Braga**, e que inclusive tinha confirmado conosco que estaria presente, e não deu nenhuma justificativa prévia, nós estamos até surpresos! E aí eu pergunto: a Relatora do Parecer quem é **Sandra**? Foi **Everilda Brandão (da FAEPE)**, que também não está presente! Então, não temos nem o Coordenador e nem a Relatora da CTALI aqui presentes – então eu pergunto se tem algum outro membro da CTALI que queira fazer esta apresentação? Em não havendo, eu vou passar para **Sandra Ferraz**, que é membro-titular da CTALI, participou de todos os 02 (dois) processos – aí eu já estou fazendo aqui um 'combo' para os próximos dois pareceres, para a gente agilizar. Eu faço essa pergunta porque como os dois pareceres seguintes – o Progestão-2019 e da Prestação de Contas do Fehidro-2019, pois tivemos esse cuidado que fosse para a CTALI, seguindo às normas, que exigem que fosse para lá, fosse discutido e esclarecido para considerações, que foram feitas, mas em não havendo nenhum candidato à apresentação, e por essa surpresa na agenda, sem a participação do Coordenador da citada câmara, então peço a **Sandra Ferraz** que faça a apresentação, por favor **Sandra**." **Sandra Ferraz (Gestora da SERH e membro da CTALI)**: "Eu vou passar muito brevemente acerca da transcrição do processo. O parecer se refere à aprovação do Formulário de Autoavaliação que foi apresentado que foi apresentado à CTALI, por uma técnica da Apac, de nome **Patrícia Veras**, que se colocou à disposição e fez uma ampla e detalhada apresentação de todos os pontos, todos os itens, inclusive existiu uma discussão de mudança de nível, e

nós como câmara técnica, concordamos e outros chegaram a discordar e foi discutido o porquê da discordância. Achei que foi uma ótima discussão, pois eu nunca tinha participado desse tipo de assunto no âmbito da câmara técnica. O período que avaliamos foi o de 2019 e as referências foi esse formulário, o quadro preparado pela Apac – foram feitas essas considerações acerca dos programas e desafio, estamos agora no Programa Progestão-II. Aqui nos slides, estão os quadros, mas creio que todos vocês já receberam esse documento junto à Convocação – encaminhamos esses quadros todos, com essa Avaliação sobre o Quadro de Metas, e assim como **Queiroga**, eu só consigo ler aqui no notebook, mas todos estão com vocês! Sobre a Variável do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CRH) a agente teve uma boa discussão, que passou do nível 4 (quatro) para o nível 5 (cinco) – mesmo registrando que a Câmara Técnica reconheceu o avanço de posição nas organizações, nos colegiados desse Plenário, que foi elevado para o nível 5 (cinco); com relação aos COBHs, do nível 3 (três) passou ao nível 4 (quatro); e com relação à Agência de Águas foi mantido o nível 3 (três), entendendo que a Apac hoje, não é uma Agência de Bacias – atua como, na ausência dela, e teve essa discussão - se eu entrar aqui em detalhes, a gente tem outra reunião! Então, essas foram as considerações da CTALI. A Apac sempre se colocou à disposição para prestar os esclarecimentos. E aí a gente fez umas recomendações no que diz respeito às execuções das ações, foram estabelecidas, houve essa discricção! Eu participei do processo de construção desse parecer, como uma assessoria. Houve uma apresentação da Apac, sobre o Plano de Capacitação, e aí o nosso parecer foi pela aprovação – e aí tem que estar claro, do Formulário de Autoavaliação e do Formulário de Autodeclaração de 2019! E fizemos questão de dizer que 'não foi na forma que foi apresentada à Câmara Técnica', pelos argumentos que lá foram colocados – já que teve esse ajuste na Variável em relação às Agências de Água, mas que concordamos com todas as outras mudanças de níveis, propostas pela Apac. Esse é o parecer, que foi **Humberto de Jesus (da SEMAS)** – que hoje também não está aqui presente, e de **Marcos Holanda (da ANBEM)**, que antes da assinatura dele, a gente precisava encaminhar para vocês – por isso que ainda está dessa forma, pendente da assinatura dele! Por fim, a CTALI decidiu pela aprovação dos citados documentos!" **Simone Rosa**: "Obrigada, **Sandra** por sua apresentação! Então, dando prosseguimento, após a apresentação do Parecer da CTALI, eu abro a palavra para manifestação dos conselheiros – se alguém tem alguma consideração, alguma manifestação? Peço que se algum conselheiro for contrário à aprovação, se manifeste levantando seu crachá agora, neste momento! Então, não havendo manifestações contrárias, então, **está aprovado por unanimidade, o Parecer Técnico-CTALI relativo ao PROGESTÃO-2019**, que aprovou o Formulário de Autoavaliação-2019 (Quadro de Metas-2019) e o Formulário de Audeclaração-2019! Passamos então, para o próximo item da pauta, e eu também peço à **Sandra** que faça essa apresentação sobre a Prestação de Contas dos Recursos do Fehidro do Ano de 2019 – que também foi aprovado pela CTALI!" **Sandra Ferraz (Gestora da SERH e membro da CTALI)**: "Peço que manifestem-se vocês, que estavam lá no momento da reunião – se assim entenderem importante! A Prestação de Contas do Fehidro teve dois momentos, dois atores – a Apac e a SERH, no Exercício de 2019, foi observado o que estava previsto no Plano de Aplicação, isso foi colocado. Nesses aspectos introdutórios do parecer se falou na Lei que reduziu o percentual de repasses dos recursos, dos valores do Fehidro, que os recursos são repartidos entre a Apac e a SERH – então, 50% (cinquenta por cento) desses valores são investidos pela Apac e o restante pela SERH – a gente tratou sobre isso; tratou também das ações dos Relatórios de Prestação de Contas que estão organizadas por eixos – contextualizou, constando as atividades a serem executadas, a estimativa do valora ser investido, o valor total do contrato, que foi efetivamente liquidado; relata que este parecer foi elaborado após o envio da documentação dos Planos de Trabalho 2020 e os Relatórios de Prestação de Contas de 2019 – por parte da Apac e da SERH; e o processo de encaminhamento à CTALI; Análise dos Relatórios de Prestação de Contas 2019: na Prestação de Contas 2019 da SERH falou-se nos valores repassados, no montante de R\$ 845.195,47 (oitocentos e quarenta e cinco mil, cento e noventa e cinco reais e quarenta e sete centavos); que em 2018 restou no saldo total do Fehidro o valor de R\$ 18.986.387,52 (dezoito milhões, novecentos e oitenta e seis mil, trezentos e oitenta e sete reais e cinquenta e dois centavos). Como eu não tenho muita propriedade para análises financeira, assim os que conhecem do assunto, podem complementar minha fala! As atividades previstas para o orçamento anual foram cumpridas, ressaltando que a CTALI não realiza a análise contábil – isso era uma preocupação que reiteradas vezes foram colocadas nas reuniões, pois como câmaras técnicas não são órgãos de controle dos investimentos e para isso existem os Tribunais de Contas. Então, continuando, a previsão financeira não chegou a ser utilizada. A Apac: apresentou-se o Plano de Investimento de 2019, com a entrada da Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos hídricos (CFURH) em 2019 foi da ordem de R\$ 1.690.390,93 (um milhão, seiscentos e noventa mil, trezentos e noventa reais e noventa e três centavos). Com relação à Apac também foi feita uma perspectiva dos valores aprovados para Aplicação do Fehidro 2019, onde foram realizadas as ações previstas nos Quadros 2, 3, 4, 5, 6 e 7 do documento apresentado; ressaltou-se que a CTALI aprova a realização das atividades e reitera a questão de não ter competência para proceder a uma análise contábil do documento. Com relação à discussão e os encaminhamentos: pede-se que esses Relatórios de Prestação de Contas sejam encaminhados a este Plenário, com as devidas assinaturas dos responsáveis de cada instituição; recomendou o detalhamento dos contratos e os respectivos pagamentos, especificados por eixos, contendo minimamente: o número do contrato, o objeto, data de início e encerramento, empresa contratada, valor do contrato, valor pago, o saldo e a fonte dos recursos; recomenda-se ao CRH essa análise contábil e jurídica de todos os contratos financiados com recursos do Fehidro, visando dar maior segurança quando da aprovação da Prestação de Contas. **O parecer, quanto à CTALI, informa que após as discussões e apreciação do conteúdo, resolve por unanimidade, dar parecer favorável à mesma, solicitando que as sugestões de aprimoramento e as recomendações sejam consideradas para o próximo exercício.** Ou seja, para o exercício atual está aprovada e para os próximos, a gente fez algumas recomendações. E essas recomendações de caráter geral, através das quais reforça-se a importância do posicionamento do CRH, através dos seus conselheiros, para que esse fundo não seja contingenciado, pois se trata

de recursos, que embora reduzido diante das demandas, constitui uma compensação financeira pelo uso dos recursos hídricos pela geração de energia elétrica, que não gera custos ao Governo do Estado e nem para a sociedade; no parecer referente ao Relatório de Prestação de Contas do Fehidro, desde 2016, a CTALI já fez esse mesmo registro, sugerindo inclusive, que os recursos fossem destinados a uma conta específica – e não, a uma conta única – e isso é reiterado, à exemplo do que acontece com o Fundo de apoio ao Desenvolvimento Municipal (FEM), devido ao caráter estratégico dos recursos hídricos para o equilíbrio dos ecossistemas; destaca-se que a aprovação se dá com relação ao cumprimento das atividades, excluindo novamente, a análise contábil do documento – este é o parecer da Relatora da CTALI, **Everilda Brandão (da FAEPE)**!” **Simone Rosa**: “Obrigada **Sandra**, por sua apresentação! Então, eu abro a palavra para manifestação dos conselheiros, em relação a este parecer!” **Anísio Coelho (da FIEPE)**: “Eu queria ter noção do valor do Fehidro que foi contingenciado, porque a Apac é um órgão extremamente estratégico, presta um serviço extremamente relevante para a sociedade pernambucana, que com esses problemas de mudanças climáticas, cada vez mais, a sua importância vai aumentar. A gente precisa que a Apac, cada vez mais, fique mais bem estruturada de pessoal, de equipamentos, de processos. Então, a Apac é um órgão que, cada vez mais, a sociedade vai valorizar! E assim, não se concebe um contingenciamento num órgão estratégico, porque até uma previsão de uma demanda de chuva muito grande, há um tempo para se tomar precauções. Então, deveria até ser proibido o contingenciamento para a Apac, em função do que ela realmente oferece para a gente! E eu queria saber o que é que existe, em termos de, principalmente, cooperação técnica financeira internacional? Porque a gente sabe que essas ações de mudança de clima, tem muitos países que estão efetivamente dispostos a se engajar e apoiar projetos nessa área, de pesquisas e desenvolvimento de formação de pessoal, e compra de equipamentos – eu queria saber e, principalmente, é que no orçamento deste ano, a previsão é que a receita deva subir, porque a CHESF deve aumentar a geração de energia elétrica – a gente já viu que a Barragem de Três Marias está cheia, Sobradinho já está com 60% (sessenta por cento) de sua capacidade. Então tudo leva a crer que a receita do Fehidro venha a crescer de modo significativo, neste ano! E de que modo essa previsão de crescimento está sendo colocada, no sentido de alocação de recursos de forma mais eficiente e eficaz?” **Suzana Montenegro (Diretora Presidente da Apac)**: “Bem, eu não tenho os números, os valores do contingenciamento aqui – eu não sei se **Luiz Felipe** tem aqui os valores contingenciados do Fehidro! Não tem, então depois eu passo para **Anísio**! De fato, a gente vem fazendo uma gestão para a liberação dos recursos, inclusive, com o argumento da aprovação por este Conselho, do Plano de Aplicação dos Recursos do Fehidro – estamos avançando em tratativas, no ano passado conseguimos a liberação – até porque os recursos desse Progestão nós temos limitações para uso em algumas ações! No ano passado conseguimos pagar o restante dos 02 (dois) Planos: o Plano do Una, GL-4 e GL-5 e do Pajeú, com recursos do Fehidro – não foi isso **Luiz Felipe**? Sim, mas a gente fez uma troca – não foi isso? Então, com a argumentação estamos conseguindo reverter algum bloqueio, algum contingenciamento! Mas isso não é tranquilo, é difícil, no cenário atual do Governo do Estado. Os recursos vêm diminuindo, na verdade, por conta da alteração no percentual que é destinado a Apac e a SERH, que são extremamente necessários. Estamos completando 10 (dez) anos de criação, a Apac evoluiu muito no seu Parque de Equipamentos de Monitoramento, que são essenciais para o cumprimento da sua missão, e em estudos também! Mas grande parte com recursos do PSH e do PSA, que são 02 (dois) programas que estão sendo finalizados! Então, mais do que nunca, a gente precisa de fato, da liberação dos recursos do Fehidro. Eu queria passar para **Luiz Felipe**, que é o nosso Gerente Financeiro, para ele fazer a complementação dos números do Fehidro.” **Luiz Felipe (Gerente Financeiro da Apac)**: “Só para complementar um pouco, ao que **Suzana** falou, tentando esclarecer um pouco, eu estava olhando aqui o gráfico que a gente apresentou, faz 08 (oito) anos seguidos que a arrecadação do Fehidro vem caindo. Eu tive essa mesma observação que o Sr. **Anísio** fez agora, e nesses dois primeiros meses, a arrecadação em relação ao ano passado, está maior! Obviamente, a geração de energia melhorou, então a gente acredita que vai começar a subir essa curva, e no próximo ano eu acho que vai ser melhor do que o ano passado e atrasado – que foram os anos que a gente menos arrecadou com o Fehidro – dos quais 50% (cinquenta por cento) vem para a Apac aplicar e os outros 50% (cinquenta por cento) vai para a Secretaria Executiva de Recursos Hídricos (SERH) aplicar. E em relação à pergunta sobre o contingenciamento, todo o ano o Governo do Estado faz, e por conta do cenário atual da crise, ele define tetos financeiros para os órgãos, e aí a gente não consegue aplicar a totalidade dos recursos que a gente planejou. No ano passado tivemos um teto estabelecido para o Fehidro, e como **Suzana** falou, a gente estava com muitos gastos no Progestão, e teve uma conversa do Progestão para a gente aplicar o dinheiro em mais planos, fazer um investimento maior, de acordo com o entendimento deles, e a gente conseguiu fazer uma permuta com o Governo, a gente passou a finalização dos dois planos que a gente tinha para o Progestão, e todas essas despesas a gente conseguiu acrescentar ao nosso teto estabelecido para o Fehidro. Então, no ano passado a gente gastou mais com o Fehidro do que o próprio teto financeiro que o Governo nos deu – este valor exato eu não tenho agora, aqui, mas para dar uma noção aproximada, a gente tinha previstos para aplicar no plano quase R\$ 3 milhões, e a gente aplicou R\$ 1.255.000,00 (um milhão, duzentos e cinquenta e cinco mil reais) – a gente conseguiu aplicar quase a totalidade dos recursos que a gente recebeu. Então, a diferença dá em torno de R\$ 1.600.000,00 (um milhão e seiscentos mil reais) – um valor aproximado, porque eu não tenho aqui o valor exato, seria essa diferença aí, que a gente não conseguiu receber para aplicarmos, e podemos considerar como o valor aproximado que foi contingenciado.” **José Queiroga (da CTPPP-FIEPE)**: “Eu posso dar um toque? Essa questão de recursos, faz parte até de um documento que foi constituído por alguma de nossas entidades, onde está lá a busca de novas fontes de financiamento. Então, o mundo atual está muito preocupado com essa coisa de sustentabilidade, recursos hídricos, proteção e captação de água, etc. Então, existem, certamente, alguns fundos por aí que precisam ser identificados! Tem que se criar um trabalho de inteligência, e numa dessas últimas reuniões eu perguntei – acho que foi para o Dr. **Eduardo Lanna**: ‘**Lanna**, você que vive nesse negócio, descubra para a gente aqui, quais são as possibilidades que a gente tem

de conseguir recursos? Provavelmente, recursos internacionais, pois existem recursos, ONGs, que vivem desses recursos!" Então, até que ponto o Governo pode conseguir uma fração disso? É um trabalho, está certo. Vai se conseguir? Não sei. Mas tem que se tentar, tem que se pesquisar! Eu imagino que seja uma das coisas mais importantes para que a gente possa ter uma continuidade adequada aos programas e as ações." **Suzana Montenegro (Diretora Presidente da Apac):** "Perfeito! Eu costumo dizer que, e todo mundo aqui há de concordar, gestão não é barato, quando a gente compara com investimentos em infraestrutura! Mas aí, então, às vezes, deveria ser priorizada! Mas não. Muitas vezes o investimento prioritário é em infraestrutura e o pouquinho que poderia ser destinado à gestão acaba ficando para depois. Mas a gente vem colocando argumentos e essa percepção que nós precisamos de parcerias internacionais, e buscar novos recursos - nós também temos! Ontem mesmo, nós tivemos uma reunião com o CPTec/INPE (Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) - muito nessa linha, para estabelecer parcerias de buscar recursos conjuntos na linha de mudança climática, de previsão do tempo e clima. Mas tem vários outros tópicos que a gente pode, de fato, identificar e buscar parcerias e novos financiamentos. Claro que o recurso do Fehidro é estratégico, pois é um recurso destina a isso, à questão da gestão de recursos hídricos, mas a gente deve e vai buscar novos recursos." **Anísio Coelho (da FIEPE):** "Só complementando! Acho que um papel desse Conselho é justamente defender esses órgãos que fazem essa gestão de ter condição de, efetivamente, ter os meios, a equipe, o aparelhamento. Então, é para a gente protestar, de forma veemente, contra o contingenciamento - é um papel nosso aqui! Nós estamos aqui representando a sociedade pernambucana na defesa da gestão de recursos hídricos do Estado de Pernambuco - essa é a nossa função! E quem exerce, nós somos só um Conselho, mas quem exerce e quem executa é a Apac e a Secretaria - se elas não têm recursos, se elas não têm meios, não vai ter mágica, não tem resultado! Então, nós temos que protestar, nós temos que agir, nós temos que nos articular no sentido de promover o crescimento, o desenvolvimento e as condições adequadas para esses órgãos funcionarem - esse é o papel nosso aqui, é o que a gente está fazendo aqui!" **Simone Rosa:** "Concordo plenamente com a colocação do conselheiro **Anísio**! Eu acho que isso é fato e é muito importante! Trago, como exemplo, outros Estados, como o Ceará - tão conhecida e tão falada a sua experiência. Como ele tem sucesso em seus recursos hídricos, porque consegue utilizar efetivamente tudo o que tem direito no Fundo dos seus recursos hídricos! Então, muitos Estados conseguem, digamos assim, trazer esse recurso e executar em ações - e isso realmente é recorrente há muitos e muitos anos na história de Pernambuco, e a gente não tem conseguido, desbloquear esse contingenciamento! Então, isso é um fato que precisa ser mudado e que esse Conselho tem um papel muito importante! E eu queria só fazer um esclarecimento, em relação ao montante dos recursos - que mesmo que a gente não use - que houve uma alteração na Lei, na verdade em 2018, dos percentuais da compensação que hoje eu concordo - estou só registrando, que eu concordo que devemos buscar outras fontes, mas que se o montante total dessa única fonte - que é a Compensação Financeira pelo Uso dos Recursos Hídricos (CFURH) - viesse e pudesse ser efetivamente gastos com as ações, isso já seria um grande avanço! Só esclarecendo para vocês que tinha Lei 8.001 de 1990, que definia algumas percentuais, e que 45% (quarenta e cinco por cento) do valor arrecadado da CFURH iria para os Estados, 45% (quarenta e cinco por cento) do valor arrecadado iria para os municípios e 10% (dez por cento) para a União. Isso mudou em 2018, os percentuais mudaram e diminuiu o percentual dos Estados - isso rebateu já nas receitas de 2019. Então, embora haja maior geração de energia o percentual do Estado ficou menor e ficou da seguinte forma: de 45% (quarenta e cinco por cento) para os Estados, passou para 25% (vinte e cinco por cento) - então, antes os Estados recebiam 45% (quarenta e cinco por cento) do valor total, e agora, só recebem 25% (vinte e cinco por cento)! E esse valor que foi retirado dos Estados passou para os municípios - que era 45% (quarenta e cinco por cento) e foi para 65% (sessenta e cinco por cento)! Só para que haja esse entendimento, que mesmo que haja um aumento no valor total do montante, houve a mudança nessas proporções e o Estado recebe hoje, um pouco menos, mas isso valida ainda mais a questão de que a gente pudesse, de fato receber e executar, gastar esses recursos, a gente teria, sem dúvidas, um grande avanço! E aí eu acho que esse Conselho precisa realmente discutir e pensar como pode levar isso adiante, e isso é uma questão política, e a gente vê diversas situações nos outros Estados. A gente tem falado aí, eu e **Suzana**, conversado com colegas dos outros Estados que estão em situações diferentes." **Suzana Montenegro (Diretora Presidente da Apac):** "Eu queria só acrescentar dois pontos. No ano passado tivemos o Segundo Encontro do Fórum de Comitês de Bacias (ENCOBH-PE), e foi emitida uma Moção em relação ao não contingenciamento - essa Moção foi enviada à Secretária, ao Governador do Estado e ao Secretário da Fazenda - não foi isso **Piaba**? Então, eu acho que esse Conselho, se assim entender, também pode se manifestar! Outra coisa que eu gostaria de dizer, a minha linha de argumentação para a liberação desses recursos, a nossa linha, tem sido muito na questão da necessidade, claro, mas também em como isso pode atrair novos recursos! Só lembrando, os dois Planos Hidroambientais que foram financiados com os recursos do Fehidro - o Plano Hidroambiental do Capibaribe e o Plano Hidroambiental do Ipojuca foram a mola-motriz para os dois acordos de empréstimos, o PSH e o PSA - que atraíram muitos investimentos, inclusive, em infraestrutura de saneamento e infraestrutura de abastecimento! É só para ressaltar a importância: o dinheiro-semente que se gasta e que depois pode representar a possibilidade de atração de novos recursos - e a gente vai ter essa possibilidade, aliás, concreto, agora com a conclusão desses novos planos: o Hidroambiental do Una, GL-4 e GL-5 e do Pajeú, e futuramente, o Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH-PE)." **Simone Rosa:** "Em não havendo mais manifestações dos Conselheiros sobre o Parecer do Fehidro-2019, eu coloco aqui em votação se está aprovado, se está homologado por este Conselho o Parecer relativo à Prestação de Contas do Fehidro de 2019? Quem concordar na aprovação, por favor, mantenha-se como está, e quem discordar levante, por favor, o seu crachá! Bem, não tendo nenhuma manifestação contrária, **está aprovado por unanimidade, o Parecer Técnico referente à Prestação de Contas dos Recursos do Fehidro do Ano de 2019!** Então, encerramos aqui os pontos de pauta para homologações, e seguimos agora com o ponto 'Outros Assuntos', que deixamos em aberto para caso os conselheiros tenham algum comunicado, algum informe, ou

algum assunto que queiram trazer aqui na Plenária. Então, eu pergunto se algum conselheiro deseja falar?" **Herbert Tejo (do COBH-Metropolitano Norte)**: "Na reunião do Seminário no Recife, eu pedi a palavra e me posicionei com relação ao território do COBH-Metropolitano Norte, do ponto de vista de um projeto de consolidação de um conglomerado de termoeletricas, no ponto mais nevrálgico do Sistema Batafogo, e como é conhecido, este sistema é responsável pelo abastecimento estimado, em torno de um milhão de pessoas na área Metropolitana Norte – isto foi no dia 05 (cinco) de fevereiro e no dia seguinte, para nossa surpresa, e de uma forma extremamente contraditória, o Governador do Estado publicou um Decreto, praticamente consolidando a passagem do Arco Metropolitano também nesse mesmo território. Eu, na realidade, represento a sociedade civil, através de uma entidade que se chama de Fórum Socioambiental de Aldeia, e é importante ressaltar que nós não somos contrários à instalação de termelétricas em Pernambuco, muito menos, nem tão pouco, ao Arco Viário – a nossa questão é em relação ao trajeto! Essas duas obras, praticamente, estão compostas no mesmo território, e praticamente elas destruirão a Unidade de Conservação. Eu digo isso porque é um fato real e concreto, pois o que restou de Mata Atlântica no território de Pernambuco, praticamente está concentrada neste território. É um território que abriga uma hidrologia extremamente importante, apesar de serem pequenos rios litorâneos, mas eles são responsáveis não só pelo abastecimento, mas também pela proteção do Aquífero Beberibe, que do ponto de vista industrial tem uma repercussão muito forte, no nosso entendimento, no polo cervejeiro, que está implantado na região e também na água mineral que a gente consome, que também é extraída desse território. Então, a questão que eu trago, colocando dessa forma talvez não seja muito esclarecedora, mas é como a gente pode introduzir esse debate, essa discussão, aqui nesse Conselho? Nós, dentro do Conselho Gestor da APA (Área de Proteção Ambiental), já fizemos inclusive, Audiência Pública e também apresentação, situando as pessoas do que nós estamos falando, porque, do ponto de vista do conhecimento do território, muitas vezes a gente fica especulando sobre o território, mas não conhece o território. Então, a minha questão é: se esse Conselho tem de se apropriar, ou de se envolver nesse debate – que é um debate que estamos iniciando? A questão posta é esta, porque se tiver esse interesse, eu pessoalmente, me proponho a fazer uma apresentação mais detalhada, do que está acontecendo, ou que vai acontecer efetivamente." **Simone Rosa**: "Bem, na minha opinião – não sei se algum outro conselheiro quer se manifestar, mas na minha opinião é um assunto que diz respeito a esse Conselho e que a gente pode sim, considerar colocar em pauta numa próxima reunião para uma apresentação sobre isso. Eu só pediria, só proforma, de que me enviasse um e-mail para a Secretaria Executiva de Recursos Hídricos (SERH), porque aí a gente formaliza e, na próxima reunião, a gente já reserva um espaço para colocar na pauta." **Edson Piaba (do COBH-Ipojuca e Coordenador do FECOBH-PE)**: "Eu gostaria só de uma reflexão! A gente viu, assistiu agora aos vários assuntos que foi debatido dentro das câmaras técnicas, minuciosamente detalhados. Eu acho que a câmara técnica que vai defender, ou vai estudar alguma coisa – como foi feito agora, se mandar antecipado, pedindo sugestões para os conselheiros, para que possam contribuir, para que num momento desse, já encaminhado por **Gizélia**, já tudo pronto – com o parecer já favorável, ou não, das câmaras técnicas – seria melhor, para quando chegar o tema aqui, já não ter mais discussão, pois vejam o tempo que se passa aqui, e muita gente já foi embora! E a gente só teria que votar sim ou não, o parecer elaborado pela câmara técnica – que eu acho que é o órgão que a gente botou para representar, e que tem todo o poder de decisão ali – se aconselha aprovar, ou não! Então, eu acho que a gente tem que ter esse contato anterior, para uma discussão quanto a colaboração, contribuição com a câmara técnica. E aqui, era só chegar e colocar o parecer para ser aprovado, ou não!" **Simone Rosa**: "Vejam, eu entendo a questão de agilizar, digamos assim, o andamento da reunião do Conselho, mas nós temos várias câmaras técnicas, inclusive, muitos membros dessas câmaras não são conselheiros! Os conselheiros indicam as instituições para terem assento nas câmaras técnicas, e a gente entende que, aquele representante da instituição, está levando esse assunto para a sua instituição – assim deveria funcionar! Então, quando a gente entende que tem uma instituição que ocupa, por exemplo, o Conselho de Química, que pediu um assento agora na CTAS, se ele tem esse assento lá, a gente entende que esse conselheiro – mesmo que não seja próximo ao conselheiro que participa, ele está levando isso – essa é a legitimidade da representação – então assim deveria funcionar! E todos os pareceres aqui expostos, eles foram passados – com a devida antecedência – para todos os conselheiros. Logo, o que pode ser feito, que normalmente não acontece, é que quando o conselheiro que normalmente com quinze dias de antecedência – que o Prazo Regimental – ele recebe esse parecer, ele pode já fazer uma manifestação via e-mail, já indicando o que ele gostaria de alterar – isso poderia dar uma agilidade, mas a Secretaria Executiva do CRH, ela enviar os pareceres de todas as câmaras técnicas, para todos os conselheiros, para acatar via e-mail, o que ele alteraria, seria um trabalho exaustivo, que se tornaria inviável, até porque as discussões que aqui ocorrem na Plenária, elas são muito dinâmicas e oralmente não são tão extensas, mas que se a gente fosse transformar isso, documento, vai e volta e-mail – realmente, a gente não tem esses recursos humanos disponíveis, para conseguir fazer toda essa discussão. Mas também, o assunto debatido nas câmaras técnicas, as reuniões e as pautas, são públicas e os conselheiros, mesmo que não sejam membros daquela câmara técnicas, eles ir, podem participar e tem direito à voz inclusive – não têm direito ao voto se não foi membro – só deliberam os membros de cada câmara técnica, mas eles participam e é até muito desejável que isso aconteça!" **José Queiroga (da CTPPP-FIEPE)**: "Fazendo só uma colocação, a opção mais apropriada talvez fosse que a entidade interessada em discutir o assunto, se propor a participar das câmaras técnicas, o que diminuiria a distância entre os membros do CRH com as câmaras técnicas – que não têm uma função diferente de ser simplesmente aconselhadora! A câmara técnica não decide, ela apenas sugere – faz um estudo, sugere e submete à apreciação do Conselho, que é a autoridade que tem o poder de decidir, que eventualmente pode contestar alguma coisa – como foi feito numa palestra que **Waldir** fez, no caso não apareceu nada. Mas esse aconselhamento não é um documento definitivo – que aceita ou não aceita, ou cala ou cai fora! É uma coisa que está sujeita à decisão, observação e eventualmente, até modificação pelo Conselho. Uma outra coisa que eu gostaria de colocar é que eu gostaria de ter participado hoje de um fato interessante: a gente tem que entender – como falou aqui o

conselheiro **Anísio** – que aqui não somos outra coisa senão representantes da sociedade, e que nós não estamos jogando num time diferente dos órgãos que estão aqui representados, comandando o assunto – logo, jogamos todos no mesmo time! Temos apenas aqui, uma maneira de interligar – quem tenha o poder de alguma decisão, dentro de um setor, com aqueles que são os eventuais beneficiários ou interessados naquelas coisas – mas somos os mesmos, somos uma coisa só – não somos um grupo contra o outro! Nem temos aqui, a função simples de chegar e apresentar uma coisa, tirar uma vantagem ou conseguir alguma coisa em especial, não! Isso aqui é um órgão de avaliação e julgamento de proposições que interessam ao universo que está representado aqui, e a gente tem que cada vez mais, trabalhar com esse espírito e nessa sintonia – e não, como conflitantes!”

Anísio Coelho (da FIEPE): “Realmente, eu desconheço um pouco, eu não sei se existe um site do Conselho, em que existam as câmaras técnicas e o que vai ser discutido – para quem quiser acessar, vai ver a matéria, e se tiver interesse possa participar da reunião? Realmente eu desconheço, se existe este site. Ai poderia se pensar nisso – no site teria: tal câmara técnica vai tratar de tal assunto, então a entidade que eu represento, eu vejo, e mesmo eu não tendo uma pessoa com assento lá, mas sendo um assunto que interessa a entidade que eu represento, eu vendo a reunião, eu tenho direito à participar, tenho direito à falar – não teria direito à votar, mas eu participaria e me inteirava mais, e na hora de votar aqui no CRH, eu estaria com muito mais capacidade de fazer minhas argumentações – não sei se existe isso?”

Gizélia Rodrigues (Gestora da SERH): “Eu prestou suporte às câmaras técnicas e ao CRH. Eu acho muito boa a sua ideia, mas só que até este momento a gente não complementou o nosso site, o site da SEINFRA. Na realidade, a gente está utilizando uma aba no site da Apac – tem lá o CRH, onde constam as resoluções do CRH e outras informações, mas lá não tem essas pautas das reuniões das câmaras técnicas. As pautas, por exemplo, no caso da CTAS, que quinzenalmente tem reunião, o coordenador da CTAS me informa e eu divulgo com os membros da mesma – poderia divulgar para os conselheiros, óbvio, poderia e seria o ideal, mas o fato é que a gente ainda não montou nosso site – que ainda está sendo elaborado.”

Simone Rosa: “Vejam, como **Gizélia** bem colocou, o site da SEINFRA ainda não está funcionando, embora a gente tenha aí mais de um ano de Governo! Mas nós podemos colocar no site da Apac, porque aí fica público e quem tiver interesse, consulta o site da Apac e a gente não fica nessa obrigação de ficar enviando individualmente, porque mesmo que a gente envie para todos os conselheiros, alguma outra pessoa também poderia ter o interesse. Então, a reunião da câmara técnica é pública também – não é uma reunião fechada, só quem só terá direito à deliberar, à votar os assuntos em pauta, evidentemente, serão os seus membros! Mas muitas vezes tivemos participações de outros profissionais que não são membros, e que trouxeram importantes contribuições e que foram consideradas! Então, é importante isto que está colocado aqui. Vou combinar aqui com **Suzana**, para a gente ver como é que a gente pode colocar estas pautas no site da Apac e a gente envia, por e-mail, o comunicado aos conselheiros – funcionaríamos, então, dessa forma e os conselheiros que se interessasse por determinada pauta, poderiam participar, e já dar a sua contribuição, no momento em que está em discussão na câmara técnica – acho que assim ficaria mais eficiente!”

João Pessoa (da FAEPE): “Recentemente, a imprensa noticiou uma Ordem de Serviço do Governador, expandindo o abastecimento de água para pequenas comunidades dos municípios de Floresta, Betânia, Custódia, e acho que Sertânia também. Infelizmente não houve um detalhamento, por parte da imprensa e nem dos órgãos oficiais acerca desse assunto. Então, eu pediria a Secretaria Executiva que na próxima reunião, se puder, detalhar esse assunto que para nós, lá do interior, é de suma importância o conhecimento – e publicação, se fosse possível, num órgão de divulgação. Muito obrigado!”

Simone Rosa: “Sobre a região de Floresta, não é isso? Só estou registrando aqui! Ok, obrigada! Mais alguma manifestação dos conselheiros? Então, devido ao cumprimento da pauta, já realizada, e ao adiantado da hora, faço o encerramento aqui da nossa reunião. Agradeço a presença e a participação de todos os conselheiros. Este é um Conselho bastante atuante e suas colocações são sempre muito bem-vindas, e à princípio estaremos presentes na nossa próxima Reunião Ordinária, exceto se haja algum assunto extraordinário e que a gente precise fazer alguma convocação – se não, agradeço a todos e até a próxima Reunião Ordinária!”

Suzana Montenegro (Diretora Presidente da Apac): “Quero só reiterar, apesar do adiantado da hora, mesmo agora com uma audiência bastante reduzida, mas só para reiterar que o nosso próximo encontro pode ser no Aniversário da Apac. Estamos com uma logomarca nova, com uma proposta de comunicação, a inauguração da nova Sala de Situação – estamos com novos equipamentos! Então, eu acho que é um momento interessante para os conselheiros se apropriarem também do que vem evoluindo na Apac, com relação à gestão. Então, estão todos, mais uma vez, convidados!”



SIMONE ROSA DA SILVA
Secretária Executiva do CRH